



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH).**

HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA

**A MILÍCIA INDÍGENA GUARANI
NOS RELATOS DE
ANTONIO RUIZ DE MONTOYA
(1601-1649)**

CLEBER R. OLIVEIRA

Foz do Iguaçu
2016



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA

**A MILÍCIA INDÍGENA GUARANI
NOS RELATOS DE
ANTONIO RUIZ DE MONTOYA
(1601-1649)**

CLEBER R. OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Camera Varela

Foz do Iguaçu
2016
CLEBER R. OLIVEIRA

**A MILÍCIA INDÍGENA GUARANI
NOS RELATOS DE
ANTONIO RUIZ DE MONTOYA
(1601-1649)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Camera Varella
UNILA

Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo
UNILA

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Universidade Federal da Integração Latino- Americana (UNILA), pela oportunidade de realizar o curso de História-Bacharel.

A Pró-Reitoria de Graduação, pela concessão e oportunidade de realizar a viagem de estudos à Biblioteca de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani” em Buenos Aires- Argentina.

Ao Instituto de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”, pelo apoio incondicional durante a pesquisa e levantamento bibliografico para o trabalho, em especial a prof. Coord.Sandra Sauro pelo empenho em disponibilizar os documentos e manuscritos pertinentes à pesquisa.

Ao meu orientador prof. Dr. Alexandre Camera Varella, pelo apoio e empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Aos professores, Clovis Antonio Brighenti, Barbara Arisi, Rodrigo Bonciani e Hernán Venegas Marcelo, pelo aprendizado que me proporcionaram e que levaram a escolha deste tema de pesquisa, que hoje me permite a apresentação deste trabalho.

Aos meus pais, pelas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis.

E aos amigos e irmãos na amizade, pelo apoio e presença em todos os momentos importantes do curso.

De modo geral a historiografia, tem reservado ao índio um papel de figurante mudo ou de vítima passiva dos processos coloniais que o envolviam.
A história indígena ainda está por ser feita

Manuela Carneiro da Cunha

OLIVEIRA, Cleber. R. **A Milícia Indígena Guarani nos Relatos de Antonio Ruiz de Montoya (1601-1649)**. 2016, 71 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso História-Bacharel, – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

Os manuscritos e documentos coloniais são importantes meios de compreensão de vários aspectos da história das atividades missionárias dos Inaciano, e de suas interações com os indígenas do “Novo Mundo”. Este trabalho busca analisar de forma historiográfica as percepções que se elaboraram acerca da formação e atuação da milícia indígena Guarani nas regiões do Guairá e Rio da Prata entre os anos de 1601 e 1649, no pleno processo de implantação e ascensão das Missões Jesuíticas Guarani. As intensas incursões bandeirantes portuguesas na Bacia Platina nesse período desencadearam a formação de uma aliança de resistência armada composta por jesuítas e indígenas Guarani em busca de defesa do projeto missionário. Pretendemos com a articulação dessa pesquisa evidenciar o importante papel desenvolvido por essas instâncias milicianas no contexto de enclaves e disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha nos limites dos domínios ultramarinos, buscando assim atribuir um valor histórico singular à participação indígena como organização militar colonial espanhola. Como proposta metodológica de trabalho pretendemos fundamentar nossa pesquisa em discursos históricos além de documentos e manuscritos coloniais produzidos ao longo do século XVII pelo jesuíta Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652), durante sua atuação missionária nas regiões do Guairá e Rio da Prata.

Palavras-chave: Milícias Indígenas. Jesuítas. Discursos Coloniais.

OLIVEIRA, Cleber. R. **La Milicia Indígena Guaraní en los Informes de Antonio Ruiz de Montoya (1601-1649)**. 2016, 71 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso História-Bacharel. 2016, Trabalho de Conclusão de Curso História-Bacharel – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMEN

Los manuscritos y documentos coloniales son importantes medios de comprensión de varios aspectos de la historia de las actividades misionarias de los Ignacianos, y de sus interacciones con los indígenas del “Nuevo Mundo”. Este trabajo busca analizar de forma historiográfica las percepciones que se elaboraran acerca de la formación y actuación de la milicia indígena guaraní en las regiones de Guairá y el Rio de la Plata entre los años de 1601 y 1649, en el pleno proceso de la implantación y ascensión de las Misiones Jesuíticas Guaraní. Las intensas incursiones pioneras Portuguesas en la Cuenca Platina en ese periodo desencadenaran la formación de una alianza de resistencia armada compuesta por Jesuitas e indígenas Guaraní en busca de defensas del proyecto misionero. Pretendemos con la articulación de esta pesquisa evidenciar el importante papel desenvuelto por esas instancias milicianas en el contexto de enclaves y disputas fronterizas entre Portugal y España en los límites meridionalis de los dominios ultramarinos, buscando así atribuir un valor histórico singular la participación indígena como organización militar colonial española. Como propuesta metodológica de trabajo pretendemos fundamentar nuestra pesquisa en discursos históricos más allá de documentos y manuscritos coloniales producidos a lo largo del siglo XVII por el jesuita Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652), durante su actuación misionera en las regiones de Guairá y el Rio de la Plata.

Palabras-clave: Milicias Indígenas. Jesuitas. Discursos Coloniales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1. Tratado de Tordesilhas-1494 | 14 |
| FIGURA 2. Bacia do Rio da Prata | 16 |
| FIGURA 3. Núcleos de povoamento Espanhol | 17 |
| FIGURA 4. Bula Papal Regimini Militantis Ecclesiae | 21 |
| FIGURA 5. Frentes Missionários Paraguai, Itatim, Guairá, Tape e Uruguai | 23 |
| FIGURA 6. Guairá | 25 |
| FIGURA 7. Etnias Indígenas “Bacia Platina” | 27 |
| FIGURA 8. Reduções Jesuíticas do Guairá | 31 |
| FIGURA 9. Rotas Bandeirantes portuguesas no Guairá | 34 |
| FIGURA 10. Mesopotâmia Argentina (Paraná/Paraguai) | 36 |
| FIGURA 11. Êxodo do Guairá Missioneiro | 38 |
| FIGURA 12. “O Grande Êxodo” | 39 |

Sumário

INTRODUÇÃO

1. OS LIMITES DO NOVO MUNDO: ENTRE ENCLAVES COLONIAIS E REDUÇÕES JESUÍTICAS

| | | |
|------|--|----|
| 1.1- | Fontes e Metodologia..... | 11 |
| 1.1- | O Tratado de “Além Mar”: Antecedentes e Conflitos..... | 13 |
| 1.2- | A colonização da Bacia Platina e as Missões Jesuíticas..... | 15 |
| 1.3- | As Invasões Bandeirantes paulistas no Guairá e a fuga para Rio da Prata..... | 32 |

2. A “MILÍCIA INDÍGENA GUARANI” ENTRE DEFESA, FRONTEIRA E RESISTÊNCIA

| | | |
|------|---|----|
| 2.1- | Antonio Ruiz de Montoya e a defesa do armamento indígena perante Felipe IV..... | 41 |
| 2.2- | As armas e as estratégias de defesa..... | 51 |

3. ENTRE RELATOS E MANUSCRITOS: O GUARANI NO CAMPO DE ATUAÇÃO HISTÓRICO

| | | |
|------|--|----|
| 3.1- | O papel das milícias indígena Guarani na organização militar colonial..... | 55 |
| 3.2- | A importância das milícias no processo de ascensão das Missões Jesuíticas..... | 58 |

| | |
|-----------------------|-----------|
| CONCLUSÃO..... | 61 |
|-----------------------|-----------|

| | |
|-------------------------|-----------|
| REFERÊNCIAS..... | 63 |
|-------------------------|-----------|

| | |
|----------------------------------|-----------|
| BIBLIOGRAFIA CRÍTICA..... | 66 |
|----------------------------------|-----------|

| | |
|-------------------------------|-----------|
| ANEXOS MANUSCRITO..... | 71 |
|-------------------------------|-----------|

1. OS LIMINTES DO “NOVO MUNDO”: ENTRE DISPUTAS COLONIAIS E REDUÇÕES JESUÍTICAS

O processo colonizador lusitano e espanhol na América foi um campo aberto de intensos debates entre especialistas de distintas áreas de pesquisa. O trabalho a seguir não foge aos primórdios destes debates, buscando dar visibilidade histórica à participação indígena em um contexto específico da colonização, o intuito da pesquisa visa desconstruir noções superficiais a respeito do processo de afirmação e domínio das Coroas Ibéricas na Bacia Platina.

O resgate de manuscritos e documentos coloniais do séc. XVII nos permitiram durante a realização deste projeto, vislumbrar o real papel e participação da aliança jesuítica-Guarani na estrutura de ascensão e domínio da Coroa espanhola durante o processo de colonização da Bacia do Rio da Prata.

Segundo Monteiro (1992, p.476) “Falta aos estudos históricos à percepção de que a presença e participação Guarani nos múltiplos processos que transformaram a geografia humana de toda uma vasta região tenham sido elementos decisivos da história colonial”.

Ruiz de Montoya produziu obras e documentos de grande valor histórico durante sua permanência nas regiões platinas, a ressignificação e o protagonismo indígena Guarani presente em um pequeno percentual de toda a vasta produção intelectual deste jesuíta nos abriram caminhos pertinentes a novas abordagens históricas.

De acordo com Cunha (2012, p. 24) “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira”.

Devemos levar em consideração que a grande parcela da documentação escrita referente à história indígena Guarani da Bacia Platina, é produto da colonização lusitana e espanhola, nós é possível afirmar ainda que a história dos nativos dessas regiões é uma extensão da história colonial, o que de forma alguma excluí o protagonismo e a pertinente atuação indígena presentes nestas fontes documentais.

Segundo Monteiro (1992, p.452) a recuperação dos múltiplos processos de interação entre as sociedades indígenas e as populações que surgiram a partir da colonização europeia apresentam-se como tarefa essencial para uma historiografia que vise desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas de conceitos e preconceitos.

1.1- Fontes e Metodologia.

I- Fontes

Dedicamos esta pequena parte do primeiro capítulo para situarmos o leitor quanto ao levantamento de dados referentes aos relatos e manuscritos pertinentes a pesquisa.

Os documentos coloniais utilizados como fonte, presentes neste trabalho, são em sua grande maioria de manuscritos, produzidos por Antonio Ruiz de Montoya entre 1601 e 1649. Devido ao estado de conservação e o difícil acesso a maioria destes documentos, algumas das fontes trabalhadas são recopilações presentes em institutos e Bibliotecas de diferentes países.

Os primeiros documentos pesquisados estão disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá e vol 3: Jesuítas e bandeirantes no Tape, seus levantamentos foram realizados através de arquivos emitidos pela Biblioteca.

A segunda coleção documental de levantamento de fontes está disponível no fundo documental do *Arquivo General de Indias*, disponível em recurso on-line de acesso, este arquivo é um fundo documental espanhol de grande relevância histórica de acontecimentos pertinentes à colonização espanhola na América.

O terceiro e último arquivo de levantamento de fontes utilizados em nossa pesquisa o Instituto de História Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”. A Biblioteca Dr. Emílio Ravignani, presente nas dependências do instituto da Universidade de Buenos Aires (UBA), comporta um grande fundo documental de Manuscritos dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O terceiro e último instituto supracitado, foi pesquisado entre as primeiras semanas do mês de junho de 2016, graças ao apoio Institucional propiciado pela Universidade Federal da Integração Latino Americana- Unila e a aceitação por parte do Instituto de História Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”, os levantamentos bibliográficos e de fontes documentais que foram pesquisados no âmbito do Instituto proporcionaram uma vasta contextualização da temática ao qual a pesquisa se propõe.

O acesso a documentos e manuscritos produzidos durante as primeiras décadas do séc. XVII, propiciam realmente uma análise distinta dos acontecimentos históricos que marcaram a formação e atuação da milícias indígenas Guarani.

II- Metodologia.

Já no campo metodológico, nossas pesquisas se atem a analisar os documentos e manuscritos como meios pertinentes a dar visibilidade histórica à participação indígena Guarani em uma parcela do processo colonial da Bacia Platina.

De acordo com Monteiro (1999, p. 248) “ainda sabemos pouco sobre a história desses povos e, pior, que o imaginário brasileiro continua povoado de graves distorções e preceitos a respeito dessas populações”.

De modo geral a historiografia sobretudo a brasileira tem reservado ao índio um papel de figurante mudo ou de vítima passiva dos processos coloniais que o envolviam. O indígena, quando não é apresentado como um mero objeto, fica esquecido pela historiografia tradicional. (MONTEIRO, 1992, p. 476.).

É neste contexto de busca e resgate da historiografia colonial em que a participação indígena é tida como relevante ao processo colonial que buscamos pautar nossa pesquisa.

De acordo com Rojas:

Los documentos que utilizamos para reconstruir el pasado, las maneras de clasificarlas y las descripciones sobre el modo en que debemos manejarlas son numerosas. Tanto las clasificaciones como los métodos de trabajar con las “fuentes” dependen mucho de los intereses. (ROJAS, 2008, p. 51).

É no interesse de trazer uma percepção pertinente a atuação dos indígenas Guarani no contexto platina que damos continuidade a análise.

1.2- O Tratado de “Além Mar”: Antecedentes e Conflitos.

Durante os primeiros séculos após o descobrimento do Novo Mundo (terminologia colonial empregada na descrição do continente americano a partir de 1492), Portugal e Espanha consolidaram propostas semelhantes de colonização em suas colônias, articulando um discurso em busca de prestígio, ascensão e riquezas que sustentassem seus projetos colonizadores. A visão edênica¹ de uma imensidão territorial intocável com infinitas riquezas a serem buscadas aguçava o desejo explorador das Coroas e seus subordinados. Bogoni argumenta que:

[...] as Coroas portuguesa e espanhola voltaram seus interesses à exploração das riquezas naturais do Novo Mundo, houve a preocupação em dominar as populações ameríndias locais para, dissimuladamente contando com a sua ajuda, haurir as veias da terra, mesmo que fosse necessário regá-las com o sangue dessa gente.(BOGONI, 2008, p.11).

O interesse desbravador e exploratório assimilado pela colonização tanto portuguesa como espanhola na América sempre esteve rebuscado por intensos processos de conflitos e litígios. Os reais limites fronteiriços pertencentes a cada uma das Coroas sempre foi alvo de intensas controvérsias. Segundo Chiogna (2011, p. 68) “a questão de fronteira nesta época é muito controversa, há superposições jurídicas entre os bispados do Rio de Janeiro e Corrientes, e os próprios moradores da região não sabiam exatamente os limites fronteiriços imperiais”, apesar da divisão territorial dos limites de cada Coroa ter sido promulgado pelo Tratado de Tordesilhas (fig. 1) em 1494, bem antes da chegada de Pedro Alvarez Cabral à América portuguesa (descrição difundida após o descobrimento de terras na América por europeus e conquistadores portugueses²).

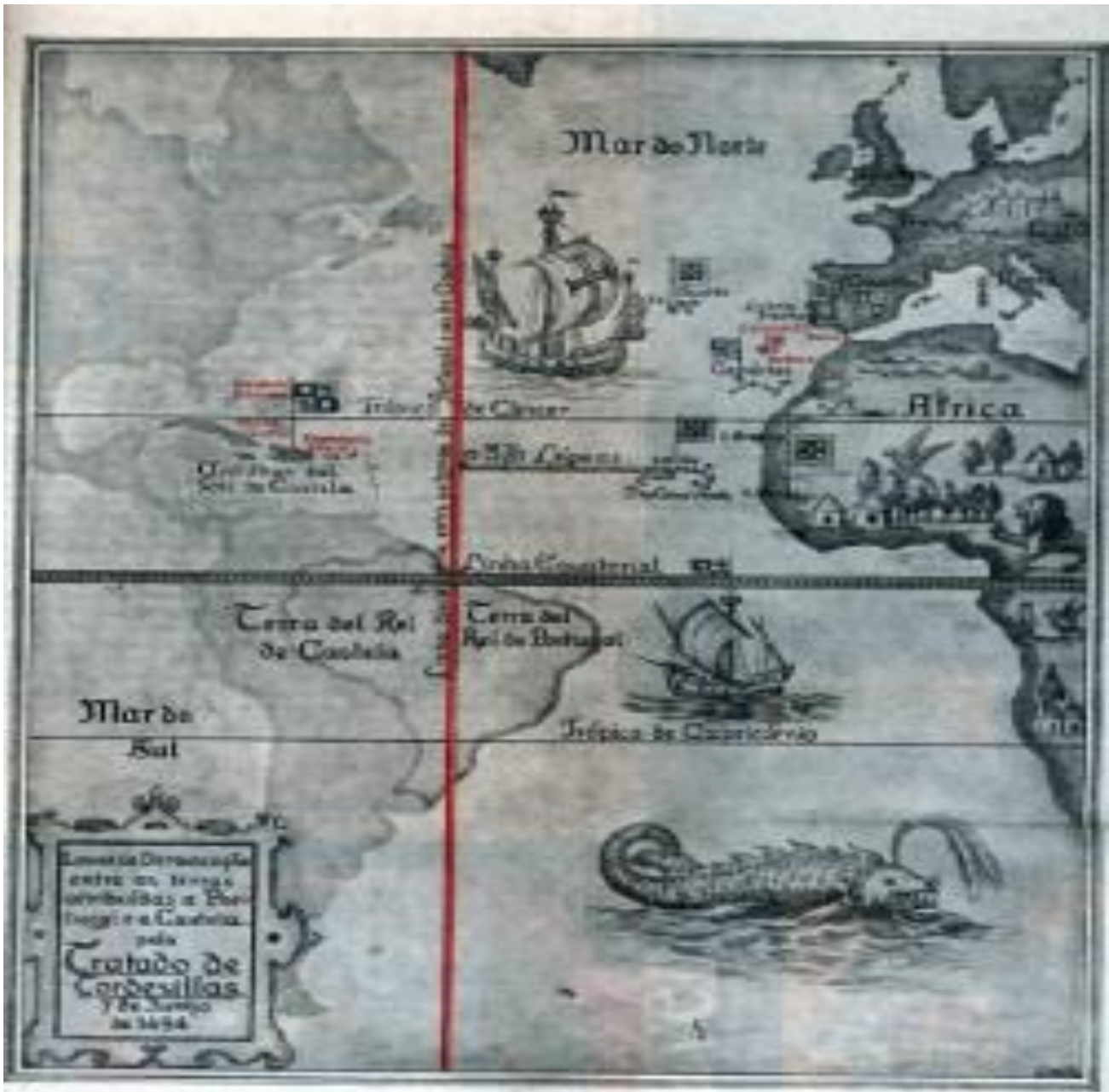
Frisamos que a terminologia América portuguesa se tornou decorrente a partir de meados 1512, e sua empregabilidade difundida em cartas e documentos enviados a Corte lusitana para descrever os limites territoriais pertencentes a Portugal, a Oriente da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.(PERES. 1949, p. 59).

As contestações referentes aos reais limites de cada Coroa se perduraram até meados do séc. XVIII, e se alastraram por toda a extensão dos domínios coloniais ultramarinos. Segundo Aguilar:

¹ Descrição voltada ao contato com os nativos (indígenas) presentes na América, terminologia associada ao Éden, descrição bíblica de origem cristã. In: Holanda. Sergio B, A visão do Paraíso, Ed Brasiliense, 1996.

² América portuguesa in: Holanda, Sergio Buarque, Visão do Paraíso.

Figura 1. Tratado de Tordesilhas-1494



(Ocidente: Terra de Castela Espanha, Oriente: Terras de Portugal).

Fonte: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-pre-colonial> (consultado em: 17/06/2016).

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), as grandes potências do século XVI - Portugal e Espanha - dividiram o mundo por uma linha imaginária, a partir de 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, sem explicar qual dessas ilhas seria tomada como ponto de partida. As terras encontradas ao Oriente dessa linha pertenceriam a Portugal, e ao Ocidente, ao Reino de Castela (Espanha). “Mesmo as futuras conversações de Badajoz (1521) e de Saragoça (1529) não definiram satisfatoriamente [os reais limites]. [...] Na realidade esta indeterminação geográfica favorecia o interesse expansionista tanto a espanhóis como a portugueses” (AGUILAR, 2002, p. 11).

Havia, portanto uma indeterminação geográfica, a linha divisória entre os territórios pertencentes às duas Coroas funcionava como um cordão maleável que se moldava aos desejos e anseios exploradores, tanto de portugueses como de espanhóis, os impérios coloniais ibero Americanos caracterizavam-se por ser uma área de fronteira aberta sujeita a influências mútuas gerando assim constantes choques entre os diferentes grupos sociais presentes Neumann (1996, p. 74).

Jaime Cortesão (1884-1960) enfatizou que:

Espanhóis e portugueses cuidaram sempre de traçar o célebre meridiano e contra-meridiano de Tordesilhas, ao sabor das suas conveniências. Nos excessos da fraude os castelhanos, colocando o contra-meridiano, desde a primeira metade do século XVI, a ocidente de Malaca, levavam largamente a palma aos portugueses. Êstes, não obstante, não foram modestos nas suas falsificações e distorções geográficas. (CORTESÃO. J, 1951, p.71).

Esse processo conflituoso de disputas coloniais e distorções geográficas gerados pela indeterminação do Meridiano de Tordesilhas é importante destacar, particularmente devido à postura que será assumida pela Coroa espanhola diante das invasões “Bandeirantes” portuguesas aos territórios espanhóis que ocorreram nas décadas iniciais do século XVII.

1.3 - A colonização da Bacia Platina e as Reduções Jesuíticas do Guairá.

Os problemas e conflitos referentes aos limites territoriais de Portugal e Espanha se estenderam por toda a extensão do meridiano de Tordesilhas, no extremo sul dessa linha imaginária se encontrava a região compreendida pela bacia do Rio da Prata (fig.2), esta região desde a chegada dos primeiros exploradores foi descrita como de grande concentração indígena Guarani, o contato de espanhóis, lusitanos, e posteriormente jesuítas com as populações indígenas da Bacia Platina desencadearam intensos conflitos territoriais decorrente do processo colonizador que viria ser implantado.

Essa região é o ponto estratégico do desenvolvimento desta pesquisa, os conflitos, interações e disputas, gerados entre as décadas iniciais do séc XVII marcaram profundamente o contexto histórico das populações indígenas que habitavam esse espaço.

A ocupação da região da Bacia do Rio da Prata inicia-se em meados do século XVI, inicialmente, os poucos atrativos de exploração de riquezas e a grande população de etnias ou “nações” indígenas hostis na região, refletiram no lento processo da colonização espanhola. O avanço das intenções portuguesas de exploração na região só se evidencia em meados do século XVII. Alguns fatores essenciais impediram um processo de colonização permanente e constante na Bacia Platina dentre eles. Barcelos (2000, p. 96) destaca:

Figura 2 - Bacia do Rio da Prata (Bacia Platina)



(Composição de rios e extensão da Bacia)

Fonte: <http://riosvivos.org.br/agua/bacia-do-rio-da-prata> (consultado em 25/06/2016).

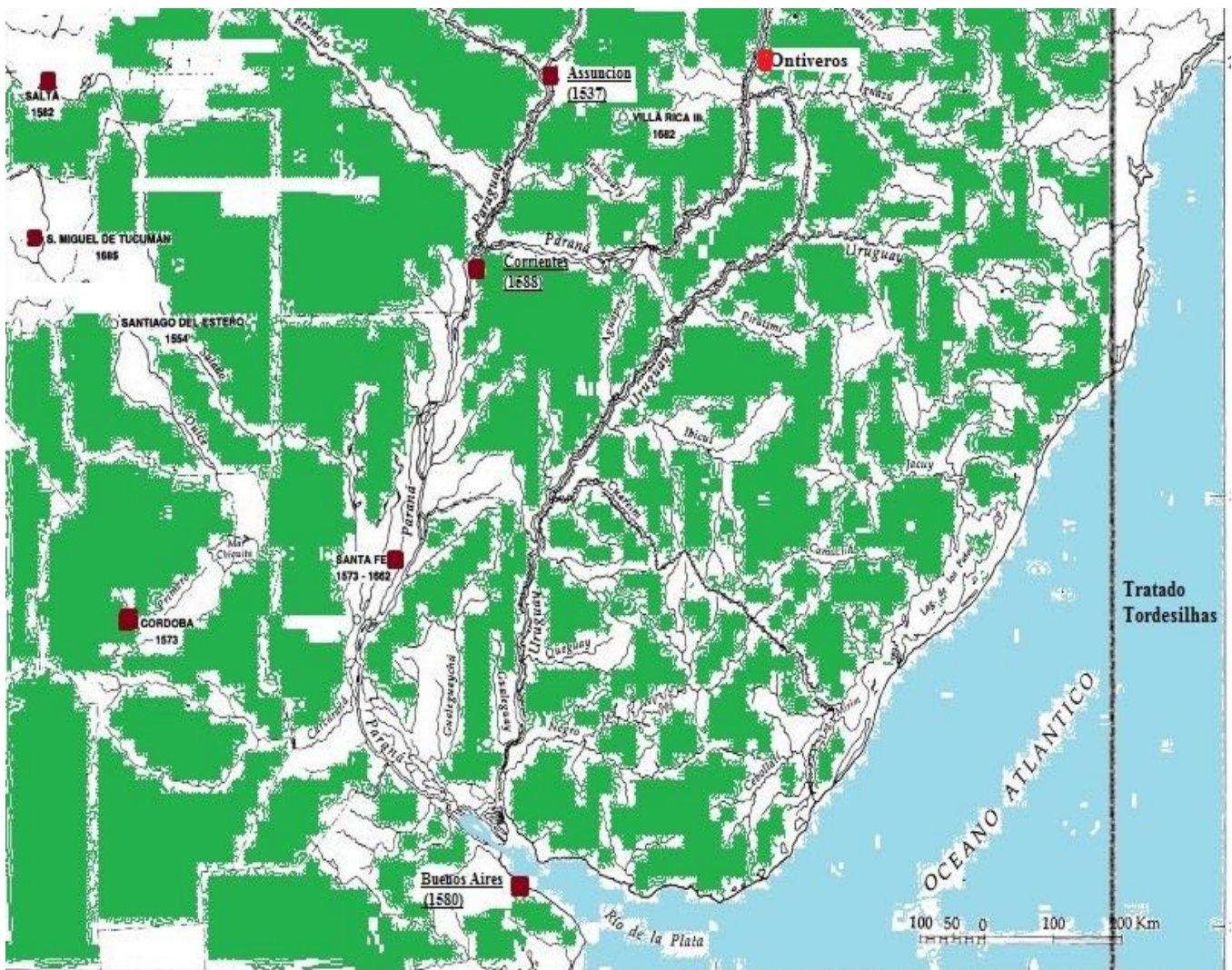
[...] a falta de uma atividade econômica que exigisse a presença mais ostensiva de uma estrutura burocrática e administrativa; os poucos recursos econômicos dos primeiros colonizadores; a presença de populações indígenas que ofereceram resistências aos novos invasores de seu espaço social e econômico; à distância com os centros coloniais prioritários, como o Peru, dificultada pelo pouco conhecimento de formas de ligação terrestre e fluvial entre estes centros e os novos núcleos; e, não menos importante, a própria dimensão territorial, que exigiria o aporte de levas significativas de colonizadores para uma ocupação mais consistente ainda no século XVI.

De toda forma, devido à situação geográfica fronteiriça e a grande presença indígena Guarani nessa região, a Bacia Platina se tornou aos poucos palco de um intenso processo exploratório de

mão-de-obra escrava indígena por parte dos colonizadores portugueses durante o início do século XVII.

O avanço português nos limites territoriais espanhóis na bacia do Rio da Prata foi se tornando um processo de investidas frequentes. A distância dos núcleos coloniais espanhóis dos reais limites fronteiriços entre as duas Coroas e o pequeno contingente de colonização espanhola na região impediam uma defesa eficaz dos limites pertencentes à Coroa espanhola³, (fig.3).

Figura 3. Núcleos de povoamento Espanhol (Bacia do Rio da Prata Séc. XVII).



Fonte: Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil.

Disponível em: <http://www.iaph.es/>. (consultado em 28/05/2016)
(Versão de nossa autoria)

³ Dentre os principais núcleos de povoamento da região segundo Barcelos, (2000, p.94) destacam-se: “cidades como Buenos Aires (1536 e 1580), Asunción (1537), Santa Fé (1573), Córdoba (1573) e Corrientes (1588)”.

A necessidade de se adquirir um maior contingente de mão-de-obra escrava no empreendimento colonizador da América portuguesa levou à busca intensa por indígenas na bacia do Rio da Prata, uma região que ainda era pouco explorada. Nesse sentido, os Guarani, do tronco linguístico Tupi, foram uma das inúmeras etnias indígenas afetadas por esse processo. Segundo Zuse (2009, p.30) “os Guarani supriam a demanda de mão-de-obra europeia, que era escassa na época, para os portugueses na parte litorânea e para os espanhóis no interior. [...] os indígenas foram compelidos a aceitar o sistema imposto pelo contexto de lutas territoriais e de busca de mão-de-obra”.

Vale salientar nesse momento que os processos de exploração de mão de obra indígena tanto português como espanhol na América tiveram modelos particulares de atuação e desenvolvimento.

A América portuguesa, desde os primórdios de sua colonização no século XVI, articulou práticas de exploração da mão-de-obra escrava indígena nas suas colônias. Os Bandeirantes⁴ eram figuras atuantes no processo de captura de indígenas destinados a escravização pela demanda dos colonizadores portugueses, já na América espanhola a “encomienda” era a prática exploratória indígena vigente:

A *encomienda* propiciava o trabalho realizado de forma compulsória pelos indígenas, controlado pelos colonizadores *encomenderos* que se apoiavam na relação de vassalagem dos índios à Coroa espanhola:

A *encomienda* regulamentava o trabalho coletivo de uma comunidade indígena, colocada a serviço de um particular (o rei), que concedia ao colonizador o direito de receber o serviço prestado pelo índio na lavoura na construção e restauração das obras. O colono pagava um tributo à Coroa e não remunerava os indígenas, devendo fornecer-lhes apenas assistência material e religiosa. (ZUSE. S, 2009, p.31).

De fato o que ocorria nos limites dos vice-reinos espanhóis inclusive nas jurisdições da bacia do Rio da Prata, era o uso de mão de obra indígena compulsória tanto legalmente como de forma ilegal. Os serviços que eram prestados pelos indígenas na *encomienda* eram meios legais de exploração, desde que fosse assumido o papel por parte do colonizador de oferecer ao indígena assistência material e religiosa, assim como de não privá-lo de sua “liberdade” natural. Todos os meios de exploração da mão de obra indígena que fugissem a esses conceitos eram tidos como ilegais pela Coroa espanhola, a questão é que em sua grande maioria os meios lícitos de exploração da mão-de-obra indígena não eram seguidos assiduamente pelos colonizadores espanhóis de uma forma ou de outra, “a política colonizadora da *encomienda* representou a desintegração das comunida-

⁴ Bandeirantes: exploradores portugueses e mamelucos responsáveis pela captura de indígenas para serem utilizados como mão-de-obra escrava na América Portuguesa, in, Monteiro. John M, *Negros da Terra*, Ed. Companhia De Letras, 1994.

des Guarani e criou uma situação irreversível em sua economia de subsistência” (ZUSE, 2009, p.31).

Segundo Matienzo, (2008, p.69):

El abuso del servicio personal fue generalizado, marcando notoriamente el régimen laboral del aborigen en América meridional. La marginalidad y dependencia económica de esta región con respecto a los centros administrativos y económicos de Perú, la ausencia de metales preciosos, unida a su acusado descenso demográfico en los siglos XVI y XVII, condicionó en buena medida la persistencia del servicio personal en la región.

As leis que regulamentavam a exploração da mão de obra *encomendada* na Bacia do Rio da Prata tinham sido promulgadas pela Coroa espanhola na “Leyes Nuevas (1542)”⁵, logo após os primeiros passos da colonização na América espanhola no século XVI, os desvios e o modo ilícito de exploração da mão de obra indígena levou a Coroa espanhola de Felipe II a buscar algumas alterações na disposição das *Leyes Nuevas* para que se fizessem ser cumpridas. Em 1610 o oídor Francisco de Alfaro⁶ promulga algumas alterações nas leis iniciais que regiam as *encomiendas* nos vice-reinos espanhóis, no documento conhecido como “*Las Ordenanzas de Alfaro*”. A maioria das leis promulgadas pelas *Ordenanzas* de certa forma buscavam limitar o trabalho escravo indígena e articular uma maior arrecadação tributária para a Coroa espanhola, dentre as medidas estavam:

la supresión del trabajo servil de los indios, [...] Se establece que no podían ser trasladados a más de una legua de distancia de su residencia habitual,[...] el indio tendrá libertad de elegir patrón, pero no podía comprometerse a servir al mismo más de un año. (HERNANDEZ, 1913, p. 406).

As alterações na *encomienda* dispostas pelo jurisconsulto Francisco de Alfaro também estipulavam penas aos colonizadores espanhóis que não as fizessem cumprir. Essas cláusulas eram formas da Coroa espanhola impor o seu controle sobre a região, além de tornar eficaz a cobrança de tributos pelos serviços dos índios *encomendados*.

Ningún indio se le pueda concertar ni pagar su trabajo en vino, chicha, miel y yerba: y todo lo que en este género se pagare, sea perdido, sin que el indio lo deba recibir en cuenta: y al español que lo pretendiere dar por paga, a veinte pesos de pena por cada vez. (HERNANDEZ, 1913, p. 415).

⁵ Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por su magestad para la gobernación de las Indias y buen tratamiento y conservación de los indios Hernandez (1913, p.318), (foi um conjunto de leis que promulgavam as normas básicas de organização tanto político como administrativa nos domínios espanhóis na América).

⁶ Francisco de Alfaro: Jurisconsulto espanhol nascido em 1575 atuou em várias audiências indianas junto a Coroa espanhola, idealizador das “*Ordenanzas*” em favor dos índios das jurisdições de Rio da Prata, Tucumán e Paraguai.

Mesmo com todo o regramento, as práticas abusivas e ilícitas dos *encomenderos* eram comuns na exploração da mão de obra indígena, o que não era bem visto pelos religiosos e funcionários reais da Coroa espanhola.

A busca pela exploração da mão de obra indígena através da *encomienda* pelos espanhóis e escrava pelos lusitanos na bacia do Rio da Prata, associada aos problemas de limites territoriais entre as duas Coroas, favoreceu a ascensão de uma estrutura religiosa já presente tanto na América portuguesa como espanhola, mas que ainda não possuía grande relevância no contexto da colonização da bacia do Rio da Prata. Segundo Barcelos (2000, p. 97) “o trabalho de ordens religiosas já havia se iniciado no século XVI. Porém, foi no século XVII que alcançou uma maior relevância. Este seria o século das missões religiosas”.

Apoiada pela Bula Papal *Regimini militantis Ecclesiae*⁷ (fig. 4), de 1540, a Companhia de Jesus intensificou o desenvolvimento de grandes projetos de catecismo cristão em toda a extensão das colônias das Coroas ibéricas da América.

A Ordem dos religiosos da Companhia de Jesus se tornou aos poucos uma instituição de grande importância na região platina. Os processos de exploração e submissão dos indígenas para satisfazer os anseios tanto de portugueses como de espanhóis no processo colonizador, possibilitou uma abertura favorável para que essa instituição religiosa avançasse por um anseio evangelizador.

As relações de parceria e submissão possibilitaram a geração do argumento inquestionável em nome do cristianismo, para a atuação dos padres da Companhia de Jesus - chamados jesuítas - de transmissão de cultura, religião, ordem, conhecimento e poder. A autoridade que lhes era referendada [...] tinha horizontes mais amplos que a simples conquista para a fé cristã, das “almas perdidas ou extraviadas”. (BOGONI, 2008, p.11).

Alguns dados sociais e religiosos referentes aos jesuítas que eram enviados para atuar nas colônias da América são fatores importantes a serem mencionados neste momento:

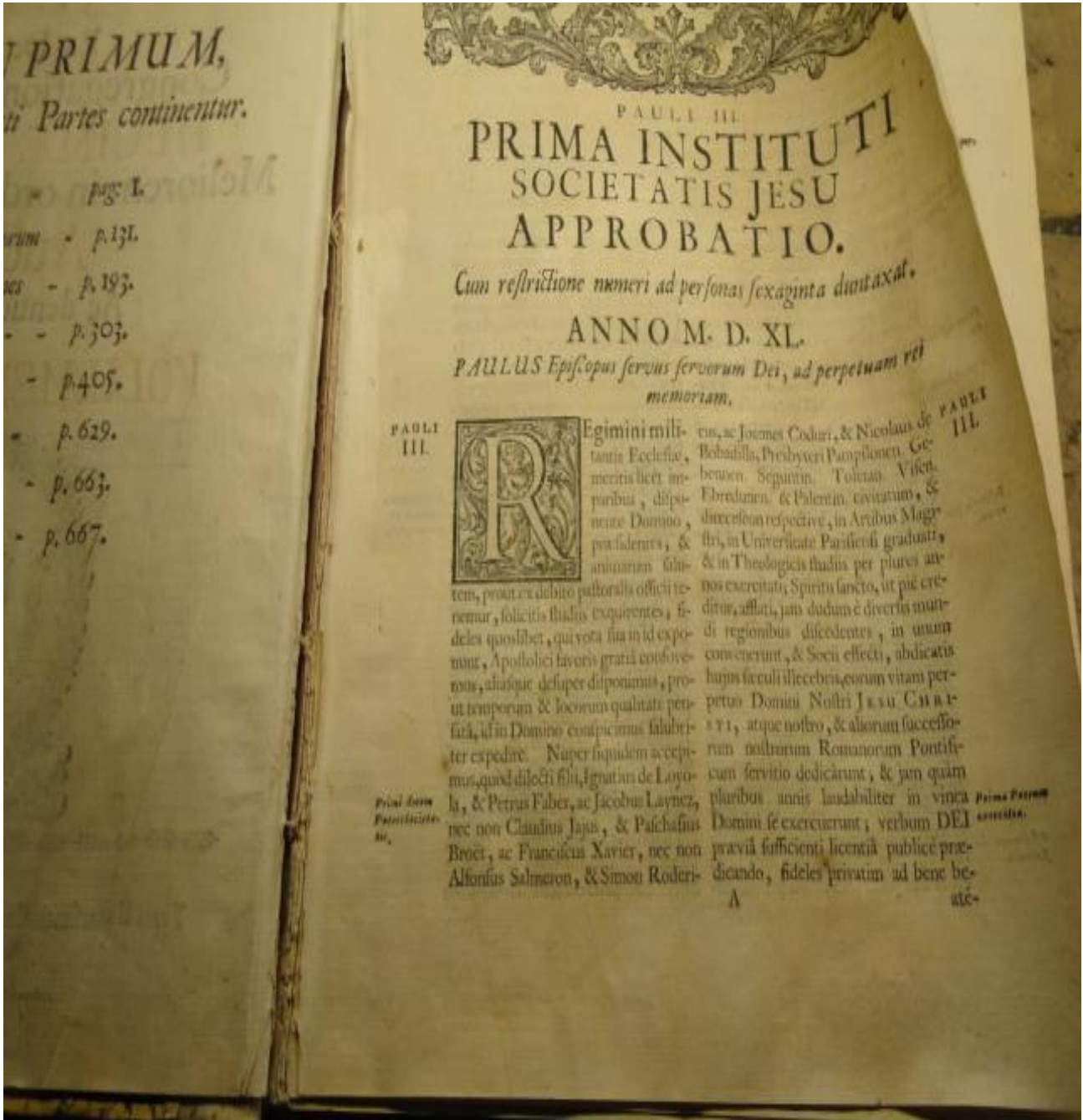
Deveriam ter em torno de 30 anos de idade e outras qualidades, como estabilidade emocional, conhecimentos técnicos que lhes permitissem cumprir as funções numa missão como educadores, agricultores, médicos, pintores, metalúrgicos, etc. Melhor se possuíssem aptidão para música e conhecimentos de arquitetura e escultura. Antes de partirem eram preparados na prática dos Exercícios Espirituais, concebidos por Inácio de Loyola. (BOGONI, 2008, p.28).

As características de atuação dos jesuítas na bacia platina deixaram marcas significativas no panorama histórico dessa região que ainda hoje podem ser observadas. O desenvolvimento dessa

⁷ Bula papal promulgada pelo Papa Paulo III em 27 de Setembro de 1540 que deu a primeira aprovação à Companhia de Jesus, a bula promulgava as bases de atuação dos jesuítas.

instituição religiosa diante da aceitação e contato com os povos indígenas Guarani, determinaram a articulação e implantação posterior das Reduções e Missões Jesuítas na Bacia do Rio da Prata:

Figura 4 - Bula Papal Regimini Militantis Ecclesiae



(Impresso guardado nos quartos de Sto. Inácio de Loyola.)

Fotografia: Senza Pagare, <http://senzapagare.blogspot.com.br/2014/07/regimini-militantis-ecclesiae-o-inicio.html>. (Consultado em 16/04/2016).

[...] os europeus tinham a impressão de que os índios viviam “sem Deus, sem lei, sem rei, sem pátria, sem república, sem razão”. O grande mérito dos jesuítas consistiu na percepção da humanidade dos nativos da América. Foi ela que os incenti-

vou a desenvolver procedimentos capazes de atingir a sensibilidade dos nativos, aproximando-os da cultura cristã como, aliás, fariam logo depois em seus colégios (VAINFAS, 2000, p. 327).

Segundo Bogoni (2008, p. 62) “Os jesuítas conseguiram transplantar da Europa para o interior de nosso continente, há mais de 400 anos, costumes avançadíssimos, uma arte refinada e um modelo utópico de administração - com propriedade coletiva, sem classes, sem governo, e sem oposição entre cidade e campo”.

A região da bacia do Rio da Prata foi uma das regiões da América colonial que melhor consolidou a implantação das Reduções Jesuíticas. De acordo com Neumann (2003, p.73):

Exatamente por sua condição fronteiriça a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas que visavam por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar no guarnecimento do território.

Os motivos que explicam o sucesso das Reduções Jesuíticas na região da bacia do Rio da Prata são inúmeros, mas um fator deve ser considerado relevante nesse processo. Segundo Machado (1999, p. 22) “As Reduções Missionárias, estabelecidas na palavra de Deus por meio dos jesuítas, foi algo em favor da salvação física e espiritual dos indígenas, mas que teve como objetivo principal demarcar o território fronteiriço espanhol”. O real objetivo da Coroa espanhola muito além do desenvolvimento das Reduções Jesuíticas era deter o avanço e a expansão portuguesa na Bacia Platina, além de dirimir os intensos conflitos de colonizadores espanhóis com levantes indígenas hostis.

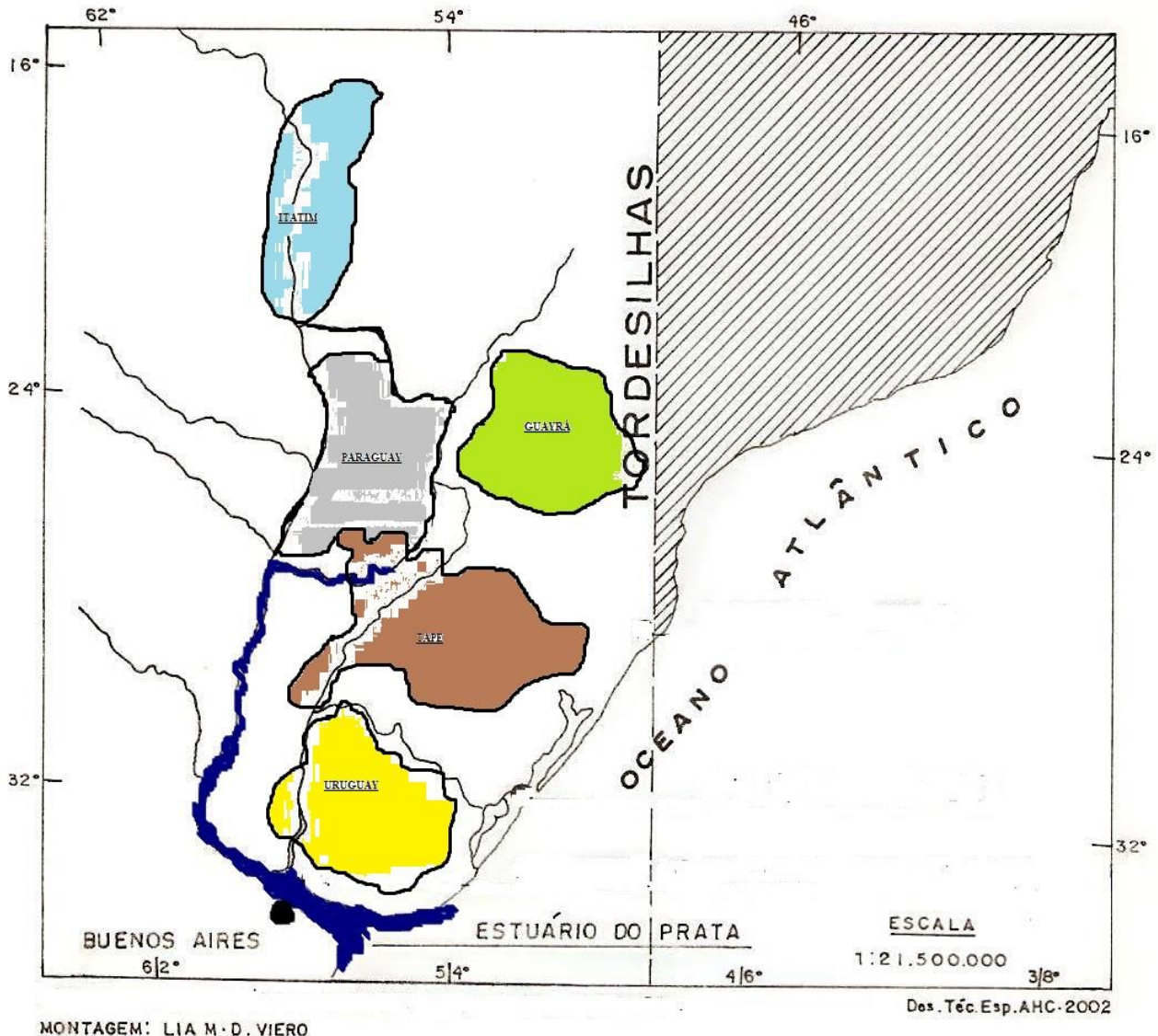
Com os conflitos gerados pela colonização e o escasseamento de mão-de-obra, inicialmente os jesuítas foram chamados para batizar e dar um atendimento religioso aos indígenas nas próprias aldeias dos encomendados, nas chamadas missões itinerantes. Entretanto, logo estas se tornaram inadequadas e a solução foi à organização dos índios a serem catequizados em povoações concentradas, autônomas diante dos fazendeiros espanhóis, e só dependentes do rei. Sendo assim, ocorreu o estabelecimento das Missões Religiosas. (ZUSE, 2009, p.32).

Em apoio à implementação das Reduções Jesuíticas e à defesa de seus domínios na bacia do Rio da Prata, a Coroa espanhola no início do séc. XVII iniciou uma divisão política-administrativa de seus domínios na região, em cinco frentes missionárias, para facilitar assim um maior controle administrativo da mesma.

Ficaram conhecidas como frentes missionárias do Paraguai, Guairá, Itatim, Tape e Uruguai, (fig. 5), essas regiões eram administradas por um governador geral nomeado pela Coroa espanhola, no caso do Itatim, Paraguai e Guairá a jurisdição ficava a cargo do Governador de Assunção, fixado na frente missionária do Paraguai, no caso do Tape e Uruguai o encargo administrativo ficava sob a jurisdição do governador de Buenos Aires em Rio da Prata.

Diante desse contexto de divisões administrativas e territoriais realizadas pela Coroa espanhola na Bacia Platina, nossa pesquisa irá se manter em uma delimitação territorial específica o Guairá, pois o processo histórico de implantação e destruição das Reduções Jesuíticas nessa região culminará com a formação e atuação das milícias indígenas Guarani nas instâncias de Rio da Prata em meados de 1630.

Figura 5- FRENTES MISSIONÁRIAS PARAGUAI, ITATIM, GUAIRÁ, TAPE E URUGUAI.



Fonte: Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de Guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil.

In: Maeder, Ernesto J. A., Guitérrez, R. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Ed. Junta de Andalucía. 2010. (consultado em: Instituto de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”).

Antes de qualquer análise devemos observar que o processo de contato dos jesuítas com os indígenas Guarani na região da Bacia Platina antes da formação das primeiras Reduções Jesuíticas,

não se desenvolveu de uma forma fácil, Como comentado anteriormente, as missões jesuíticas itinerantes não tiveram êxito nos domínios espanhóis. Os jesuítas então voltaram seus esforços a um novo sistema de contato e cristianização. Segundo Chiogna e Moura (2011, p. 69) “os jesuítas decidiram tentar uma nova forma de conversão ao cristianismo, que se dividia entre os atos de colonizar (civilizar aos moldes espanhóis) para depois cristianizar”.

Esse processo consistia em adentrar regiões inóspitas ainda pouco desbravadas do território espanhol e convencer os indígenas a formar e viver nas chamadas Reduções Jesuíticas. Essas reduções eram conjuntos de vilas e povoados indígenas estruturados ao molde espanhol. Nelas os indígenas Guarani se submetiam ao controle e regramento estipulado pelo jesuíta responsável por cada uma das reduções. Caletti (2015, p. 64), “estas reduções surgiram com o intuito de facilitar a evangelização dos guaranis, e romperia com a dispersão existente (quando eram apenas batizados nas missões volantes)”, sobre o tema dos aldeamentos organizados pelos Inacianos, destacamos ainda outras avaliações:

Ao implementar um projeto de aldeamentos, os jesuítas procuraram oferecer, através da reestruturação das sociedades indígenas, uma solução articulada para as questões da dominação e do trabalho indígena. De fato, apesar de nunca atingir plenamente suas metas, o projeto jesuítico logo tornou-se um dos sustentáculos da política indigenista. (MONTEIRO, 1994, p. 42).

As reduções assumiram um caráter de defesa do índio diante dos abusos do colonialismo. Assim, os padres defenderam os índios [...] que há muitos anos ali se encontravam [...] Foram os abusos do colonialismo que tornaram a organização reducional possível (SCHALLENBERGER, 1997, p. 81).

Na busca por livrar-se do processo exploratório de mão-de-obra pelos espanhóis, (a *encomienda*), os indígenas Guarani aos poucos se aliaram à política de implantação das Reduções Jesuíticas. A subordinação ao aparato jesuítico se tornou uma opção viável, o que não excluía os nativos de um intenso processo de subjugação exploratório que também era empregado no contexto das Reduções.

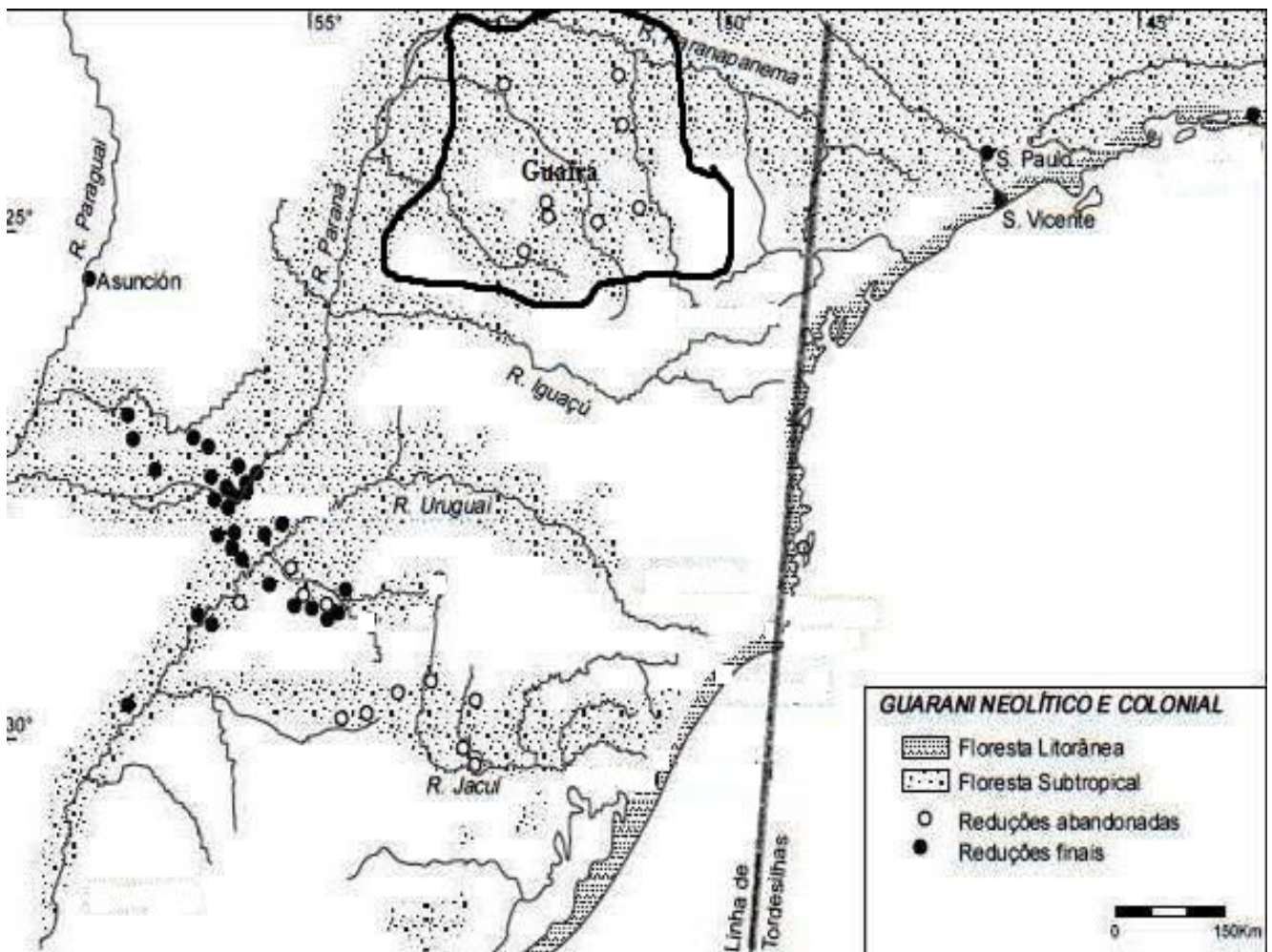
A conquista do Guarani, chamada de espiritual pelo jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, foi levada a cabo por soldados munidos de cruz e espada abençoados pelo beneplácito do Estado espanhol de Felipe III. A fundação das reduções jesuíticas [...] marcou o início das lutas entre *encomendeiros* espanhóis, bandeirantes lusitanos e jesuítas [...] pela alma e mão-de-obra dos índios. (MACHADO, 1999, p.6).

Os Guarani, [...] ao aderirem ao projeto missional, submeteram-se a uma situação de assimilação de valores da cultura cristã, o que findou por determinar a colisão de interesses com as demais parcialidades da região e, em alguns casos, com a própria população colonial. (NEUMANN, 1996, p.79).

De acordo com Barcelos (2000, p. 103), “foi na fronteira leste dos domínios espanhóis da região platina que as reduções jesuíticas assumiram o papel de obstáculo ao avanço português.” Essa região é compreendida em seu delineamento geográfico e missionário como Guairá.

É nesse contexto das invasões Bandeirantes portuguesas aos limites territoriais da Coroa espanhola e de alianças entre jesuítas e indígenas Guarani na constituição das Reduções Jesuíticas que essa região começa a ganhar contornos históricos (fig. 6).

Figura 6 - GUAIRÁ



Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br>. (consultado em 03/05/2016). São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, In: Schimitz, P.I, (1990), (Versão de nossa autoria).

O Guairá nesse período ainda era uma região pouco visada à presença colonizadora espanhola, raros se aventuravam em seus limites. O que devemos ressaltar é que essa região era conhecida pela forte presença de indígenas que se rebelavam contra o processo de colonização e prestação de serviços à Coroa espanhola esses grupos eram especialmente contrários aos anseios dos colonizadores espanhóis. Dentre as principais etnias indígenas que se rebelavam nas instâncias do Guairá estavam os Guaicurus e Guaranis.

Desde meados de 1563, o Paraguai colonial já vinha sofrendo com intensos levantes indígenas. Não devemos nos abster aqui de mencionar que a aceitação por parte da Coroa espanhola da presença e atuação jesuítica no Guairá também se deve pela necessidade em se apaziguar os ânimos e levantes indígenas que vinham ocorrendo, segundo Schallenger (1997, p. 50) a “estratégia de dominação pacífica veio de encontro à política de Hernandarias⁸, política essa voltada a eliminar os conflitos e promover o efetivo povoamento”.

O Guairá para os inicianos se tornou uma região estratégica e fundamental para a implantação das Reduções Jesuíticas, devido, principalmente, a abundância de frutos e alimentos, além da grande presença indígena.

[...] es de clima cálido, lo cual, unido a la humedad, hace que abunden los frutos de la tierra y no menos las enfermedades; una misma es la causa de su fertilidad y de las fiebres que dominan en ella. Allí se propagan mejor las serpientes y las fieras que los hombres. (MONTROYA 1862, p. 116).

O antigo Guairá era uma área significativa da Região Sul, que correspondia a grande parte do atual Estado do Paraná e a porção do Estado de São Paulo junto ao rio Paranapanema. Ali, nas duas primeiras décadas do século XVII, conforme a estimativa demográfica de Melià (1988) viveria cerca de 1,5 milhão de Guarani. (NOELI, 2003, p. 302).

As estimativas demográficas da presença indígena nessa região são as mais distintas possíveis vale ressaltar que, segundo Monteiro (1988, p. 168) “praticamente desconhecemos as características demográficas, tanto históricas quanto atuais dos povos indígenas”.

De toda forma um importante fator a ser mencionado é a grande diversidade étnica e cultural indígena presente na Bacia Platina nesse período (fig. 7).

De acordo com Haubert (1990, p. 14) “os guaranis, cujo domínio se estendia da margem do rio Paraguai as vastas fronteiras das possessões portuguesas e espanholas, formavam um conjunto de tribos belicosas, com frequência em guerra entre si, praticavam o canibalismo ritual e a poligamia”.

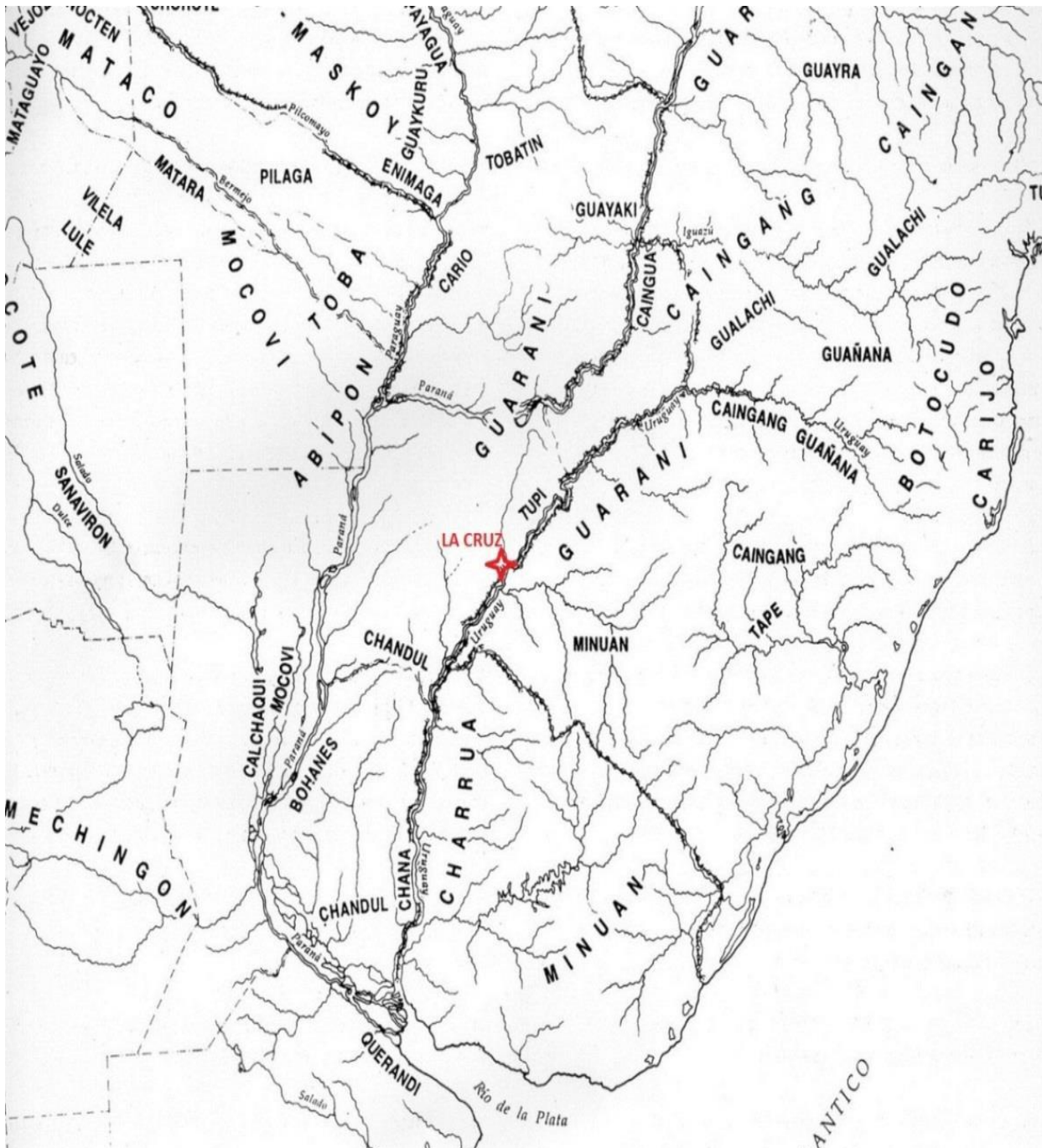
Segundo Méliá (1987) as primeiras incursões de jesuítas no interior da frente missionária do Guairá ocorreram em meados de 1609. De acordo Bogoni, (2007, p. 28), “O primeiro designado foi o padre Diego de Torres Bollo, em 1604, que chegou ao Rio da Prata em 1607, com treze missionários, e com a determinação de que os jesuítas se dirigissem ao Paraná, Guairá e à região dos Guaicurus”.

É relevante observar que:

⁸ Governador da Província do Paraguai, de entre os anos de 1532 a 1619, abandonou o cargo por renúncia em este último ano, precursor de políticas administrativas coloniais em várias jurisdições Platinas. Disponível em: <http://www.portalguarani.com>, (consultado em 25/09/2016).

Desde un primer momento, el proceso de conversión presentó dilemas de orden político, jurídico, religioso y moral, exigiendo a los jesuitas una adaptación de la doctrina, y a los indígenas una resignificación de sus tradiciones socioculturales. (WILDE, 2009, p. 123).

Figura 7- ETNIAS INDÍGENAS “BACIA PLATINA”



Fonte: Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de Guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil.⁹

In: Maeder, Ernesto J. A, Guitérrez, R. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Ed. Junta de Andalucía. 2010, p. 14,

⁹ Ressaltasse que somente é representado no mapa uma pequena parcela das etnias indígenas da Bacia Platina, a mesma apresenta uma diversidade indígena grandiosa e constantemente os mapas sofrem atualizações e inserções.

(consultado em 14/06/2016: Biblioteca Dr. Emilio Ravignani Instituto de Historia Argentina y Americana)

Somente em 1609 é que o Guairá ganhou traços efetivos do desenvolvimento das Reduções Jesuítas, por ser uma região distante dos núcleos de povoamento espanhol e de difícil acesso.

A Frente Missionária do Guairá marca as primeiras missões Jesuítico-Guarani instaladas sobre o Rio Paraná superior a partir do Colégio de Assunção. Elas nasceram a partir do pedido dos espanhóis da área para que os Jesuítas fossem atender aldeias de índios encomendados que estavam bastante revoltados. (ZUSE, 2009, p.17).

Segundo Paula Caletti (2015, p.12), “estas reduções surgiram com o intuito de facilitar a evangelização dos guaranis, isso romperia com a dispersão existente”. Esse argumento de fato pode ser observado quando os Jesuítas começaram a se fixar na região do Guairá, de acordo com Bogoni, (2008).

[...] somente a partir de 1609 a evangelização e a colonização, ambas ligadas entre si, foram efetivamente desenvolvidas de forma organizada, com a chegada dos padres jesuítas de origem italiana, José Cataldino e Simão Masseta. A eles coube a implantação das primeiras reduções na região do Guairá em 1610. Em poucos anos, com a chegada de outros padres, entre os quais o novato Antonio Ruiz de Montoya, em 1612, conseguiram implantar treze reduções e aglomerar mais de uma centena de milhar de ameríndios. (BOGONI, 2008, p.12).

As Reduções Jesuíticas no Guairá ganharam aos poucos uma autonomia no sistema colonial espanhol esse fator por muitas vezes não era bem assimilado nem pelos colonos espanhóis na região tampouco pelos bandeirantes portugueses, pois crescia a presença indígena nesses núcleos missioneiros.

A autonomia das reduções não era bem vista pelos colonos espanhóis que aqui se instalaram, ou pelos portugueses de São Paulo, com os olhos voltados para o uso da mão-de-obra escrava dos índios. Para estes, embora cerceados em sua liberdade natural, afirmava-se que fosse melhor a vida nas Reduções sob o domínio dos padres, que enfrentar os encomendeiros e bandeirantes que os caçavam para o trabalho escravo. (BOGONI, 2008, p.12).

Um fator essencial que contribuiu para o avanço e crescimento efetivo das Reduções no Guairá foi de acordo com Quarlerí (2009, p. 85) “la garantía de protección real sobre su gente y sobre la tierra, afectadas por las rivalidades interétnicas y por los esclavistas luso-brasileños.

En los primeros tiempos de las reducciones, los jesuítas se enfrentaron con los españoles o criollos de las ciudades cercanas que pretendían transformar a las misiones en zonas de mano de obra para sus yerbatales, tabacales o haciendas, algunas de las familias guaraníes que se sumaron a los nuevos pueblos habían sido encomendadas previamente a particulares, pero los misioneros obtuvieron el aval político y jurídico para evitar la injerencia sobre ellas con las Ordenanzas de Alfaro. (QUARLERÍ, 2009, p. 86).

Realmente em poucos anos após a implantação das primeiras Reduções no Guairá, pode-se observar uma ascensão do projeto de evangelização dos Guarani. Os primeiros relatos em documentos coloniais jesuíticos sobre a fundação das reduções do Guairá datam de 1614, a catequização indígena os desafio de cristandade jesuítica e a defesa contra as investidas portuguesas são as principais menções que o documento nos faz.

desde el año de 10 han estado allí dos P. que comensaron a hacer aquellas Reduções, y desde el año de doce en que fueron otros dos avernos estado quatro sacerdotes Lenguas y predicamos, catequizamos en la lengua, y administramos el oficio de curas en dos doctrinas o rreducciones que cada una tiene dos pu. que está en frente rrio en medio, dos de la una vanda, y dos de la otra en que avra mas de mil y quinientos Indios de tributo, rreducidos, y enseñados, y baptisados por los dichos quatro P. defendiéndolos de portugueses y malocas y sacándolos de los montes para que se conserben en la fee. y doctrina Xpana¹⁰. (MONTROYA, 1628, BNRJ).

Um jesuíta de grande importância no processo crescente de implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá foi Antonio Ruiz de Montoya. Nascido em 13 de junho de 1585, em Lima de Los Reyes vice-reinado do Peru, ainda jovem sofreu com a perda prematura dos pais, o que o impulsionou a ingressar na ordem religiosa, entrou no noviciado em 1606 e com pouco tempo já estava presente junto aos serviços religiosos da Companhia de Jesus no Paraguai.

Com o impulso de suas virtudes e o estímulo dos superiores desenvolveu próximo aos Padres Roque González de Santa Cruz, americano como ele, e os europeus, Francisco Diaz Taño, Simon Maseta, José Cataldini entre outros, o projeto de um Cristianismo autêntico, comunitário e recíproco que achou no povo guarani os elementos genuínos para concretizar a empresa jesuítica. (ARTIGAS, 2001, p.10).

Ruiz de Montoya foi um exímio escritor e missionário que atuou no importante processo de desenvolvimento das Reduções no Guairá e na bacia do Rio da Prata. Nossa pesquisa tem como base vários relatos produzidos por esse jesuíta, os documentos confeccionados por Ruiz de Montoya durante sua permanência nas instâncias da Bacia Platina favorecem novas percepções históricas do período colonial.

Montoya se apresentou à Companhia de Jesus, entre os anos de 1605 e 1606, e desenvolveu alguns poucos trabalhos como jesuíta em regiões próximas a Assunção no Paraguai, somente em 1612 foi enviado à região do Guairá.

Montoya aprendió del P. González Holguín algo más que la estructura de las lenguas. Conoció cuáles eran los atropellos, los vejámenes, las crueldades que oprimían a los indios de la región que ambos debían evangelizar. Afiló no sólo las armas

¹⁰ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1628. *Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Provincias Reduções de Indios en las hostilidades que padece de los Portugueses.* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

de las letras para vencer en el combate del idioma, sino también el acero de una recta conciencia con ideas claras y precisas para derrotar violencia y desórdenes. (TORMO e BLANCO, 1989. P. 81)

Depois de sua estadia em Tacumbú, nas vilas próximas a Asunção Ruiz de Montoya toma o caminho ao Guairá, seu primeiro destino como missionário, onde já estavam trabalhando os Padres Cataldini e Masseta. Lugar onde Portugueses e espanhóis disputavam entre si a força de trabalho dos índios, (ARTIGAS, 2001, p.15).

Ao chegar à região, em meados de 1612, Montoya já havia sido informado dos desafios a serem enfrentados, ao se deparar com o contexto de conflitos entre os limites dos assentamentos das Reduções Jesuíticas. Montoya relata “y hoy nos encontramos entre dos fuegos: los vecinos de San Pablo que quieren llevar indios a trabajar en sus minas y los de aquí y Villa Rica que desean les labren sus chacras.” (TORMO e BLANCO, 1989, p. 82).

Ruiz Montoya tinha um amplo conhecimento das leis promulgadas pela Coroa espanhola facto que o ajudou a legitimar e expandir as Reduções Jesuíticas no Guairá. O aparato jurídico criado em defesa dos indígenas, tanto pelas “Leyes Nuevas”, como pelas “Ordenanzas de Alvaro” permitiram às Reduções Jesuíticas com o passar dos anos ganharem força e se desenvolverem rapidamente.

O assentamento das reduções na região do Guairá seguiu um processo crescente durante os anos de 1612 e 1617, com um retrospecto de pequenas investidas bandeirantes portuguesas e quase nenhum conflito com colonizadores espanhóis, Ruiz de Montoya buscou aproveitar-se momentaneamente deste fator e fundar novos empreendimentos missioneiros com a ajuda dos missionários Simon Masseta e Cataldini.

Em uma recopilação de suas cartas de 1616, analisadas por Tormo e Blanco, Montoya busca descrever a consolidação e fundação da Redução Jesuítica de Nossa Senhora de Loreto:

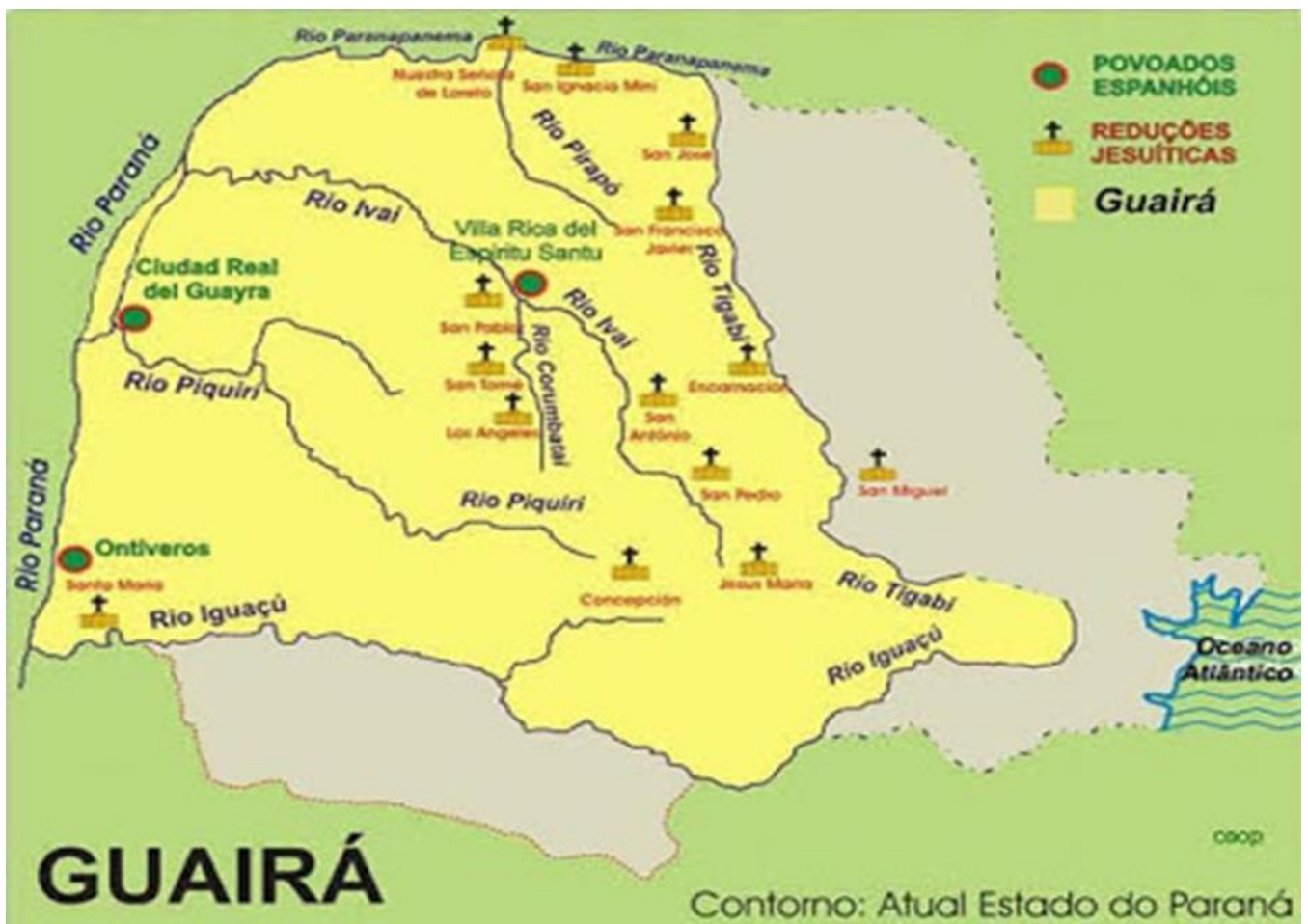
Erigió una iglesia, escribió un libro, plantó múltiples árboles, crió ganado, enseñó a los niños y desterró los principales vicios de que adolecía la comunidad a su cargo... Ahora que se encontraban libres de toda perturbación y miedo de invasiones enemigas decidí aprovechar la paz para levantar el templo de su pueblo y cubrirlo de tejas ... no habiendo sido discípulo, ni aprendiz de albañil, hizo de maestro de obras, enseñando a los indios a cortar madera, a levantar pilares, amasar barro, cocer tejas y sus alumnos salieron tan diestros como si hubiesen aprendido aquellas artes de consumados artesanos. A continuación del templo levantaron la escuela. Colegio e iglesia iban a absorber su principal actividad en este período. Cuatrocientos niños iban a ser sus alumnos. (TORMO e BLANCO 1989, p.167).

O mapa abaixo (fig. 8) caracteriza como a região do Guairá desenvolveu uma complexa estrutura colonizadora missioneira, com a chegada de Antonio Ruiz de Montoya em meados 1612. Foram fixadas treze importantes Reduções Jesuíticas no altiplano Guaireño, principalmente entre

os anos de 1613 e 1627. No plano geográfico abaixo constatamos como a expansão dessas reduções permitiu o avanço da colonização espanhola nesses limites. Os povoados de Vila Rica del Espiritu Santu, Ciudad Real del Guayra, e Ontiveros foram as primeiras fundações de espanhóis no Guairá, e se desenvolveram prosperamente assim como as Reduções Jesuíticas nas primeiras décadas do séc. XVII.

Nas margens do rio Paranapanema foram fundadas as reduções de Nossa Senhora de Loreto de Pirapó e San Ignacio Mini I em 1612, já nas margens do rio Tibaji e seus afluentes se fundaram as reduções de San Francisco Xavier em 1622, Nuestra Señora de la Encarnación em 1625 e San Jose e San Miguel ambas em 1626. Já nas margens dos rios Ivaí e Piquiri se fundaram respectivamente as reduções de Sete Arcanjos, San Pablo del Ivay, San Pedro de los Piñares e Nuestra Señora de la Concepcion, ambas em 1627. As últimas reduções do Guairá se fundaram em 1628 Santo Tomé e Jesus Maria de Guaraverá.

Figura 8 – REDUÇÕES JESUÍTICAS DO GUAIRÁ.



Mapa da Província do Guairá século XVII.

Fonte: <http://seguindopassoshistoria.com> (consultado em 24/07/2016).

Las Reducciones de Loreto y San Ignacio del Guairá [...] entre las trece reducciones florecientes del Guairá, eran estas dos las más antiguas y las más importantes. Tenían sus templos que eran los más elegantes de todo el Paraguay, tanto de las poblaciones de indios, como de las ciudades españolas¹¹

O Guairá se tornou aos poucos uma instância próspera e significativa para o projeto missionário, mas as invasões Bandeirantes que emergiram para a região entre meados 1625 e 1628 desestruturaram todo um sistema que vinha sendo implementado.

1.4-As Invasões “Bandeirantes” paulistas no Guairá e a fuga para o Rio da Prata

A estabilidade durou poucas décadas nas Reduções Jesuíticas do Guairá e deu lugar em 1628 a intensas investidas bandeirantes portuguesas à região, nesse atual momento Ruiz de Montoya já era o jesuíta superior responsável designado ao comando das reduções guairenhas e do Paraguai colonial.

Devido à escassez de mão-de-obra escrava indígena na América portuguesa, as investidas bandeirantes aos limites espanhóis se tornaram algo frequente e começaram a se constituir um motivo de grande preocupação dos jesuítas e indígenas Guarani.

De acordo com Soster (2014, p. 29), “A proximidade da região do Guairá com São Paulo facilitava as constantes investidas dos bandeirantes paulistas em busca de minérios e de indígenas para escravização”. A crescente demanda por mão de obra indígena nas colônias portuguesas cresceu muito devido a alguns fatores essenciais:

Custando uma quinta parte do preço de um negro importado, o índio cativo se converteu no escravo dos pobres, numa sociedade em que os europeus deixaram de fazer qualquer trabalho manual. Toda tarefa cansativa, fora do eixo privilegiado da economia de exportação, que cabia aos negros, recaía sobre o índio. (RIBEIRO, 1995, p. 100).

Eran ya doce las reducciones fundadas, y si los portugueses de San Pablo no lo hubieran estorbado, se fundaran en breves años otras muchas: porque el numeroso gentio que había en estas provincias estaba muy dispuesto a recibir la fe y sujetarse a Su Majestad¹².(MONTROYA, 1628, BNRJ).

¹¹ **BER:** IGLESIA. 1626. Inventario: 392732: Cartas Annuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús, 1615-1637, Vol. 20, p.299. Biblioteca Dr. Emilio Ravignani, Universidade de Buenos Aires (UBA) Instituto de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”.

¹² **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1628. Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Provincias Reducciones de Indios en las hostilidades que padece de los Portugueses. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

Entre as primeiras medidas tomadas por Ruiz de Montoya foi acionar as instâncias governamentais e políticas da bacia do Rio da Prata junto aos governadores de Assunção e Buenos Aires em busca de uma legitimação da defesa dos limites territoriais espanhóis e consequentemente das Missões Jesuíticas do Guairá, Montoya buscou evidenciar aos governadores a real necessidade de defesa dessa região denunciando os crimes que eram cometidos pelas bandeiras paulistas, mas isso não trouxe grandes mudanças nesse contexto. Pois o pequeno contingente de defesa espanhol presente em toda a bacia do Rio da Prata não era suficiente no período para conter as invasões bandeirantes portuguesas. A própria distância dos núcleos de povoamento espanhol não favoreciam o deslocamento de tropas para a região guairenha, embora tenham sido fundados povoados em Villa Rica del Espiritu Santu.

De acordo com Haubert (1990, p. 40): “Os militares de carreira eram um pequeno número mal pagos, e em sua grande maioria, acantonados em Buenos Aires ou em Montevideú”, já quanto às milícias espanholas formadas pela população colonial platina, podemos argumentar que eram compostas em sua grande maioria por “pobres brancos”, que se arriscavam a perder tudo ao menor ataque lusitano ou indígena hostil as vilas espanholas.

Devido a fatores como este Ruiz de Montoya passou a desacreditar das instâncias governamentais de Assunção e Buenos Aires. “Inútil nos determos a relatar los crímenes y barbaridades innominables perpetrados por los bandeirantes contra los indios esclavizados y hasta contra los propios Padres Maceta y Mansilla”¹³.

Após 1628, as destruições e as intensas investidas bandeirantes comandadas nesse período por Antonio Raposo Tavares¹⁴ se tornaram efetivas e cada vez mais frequentes, uma a uma as reduções mais próximas aos limites territoriais entre as duas Coroas foram sendo saqueadas e destruídas.

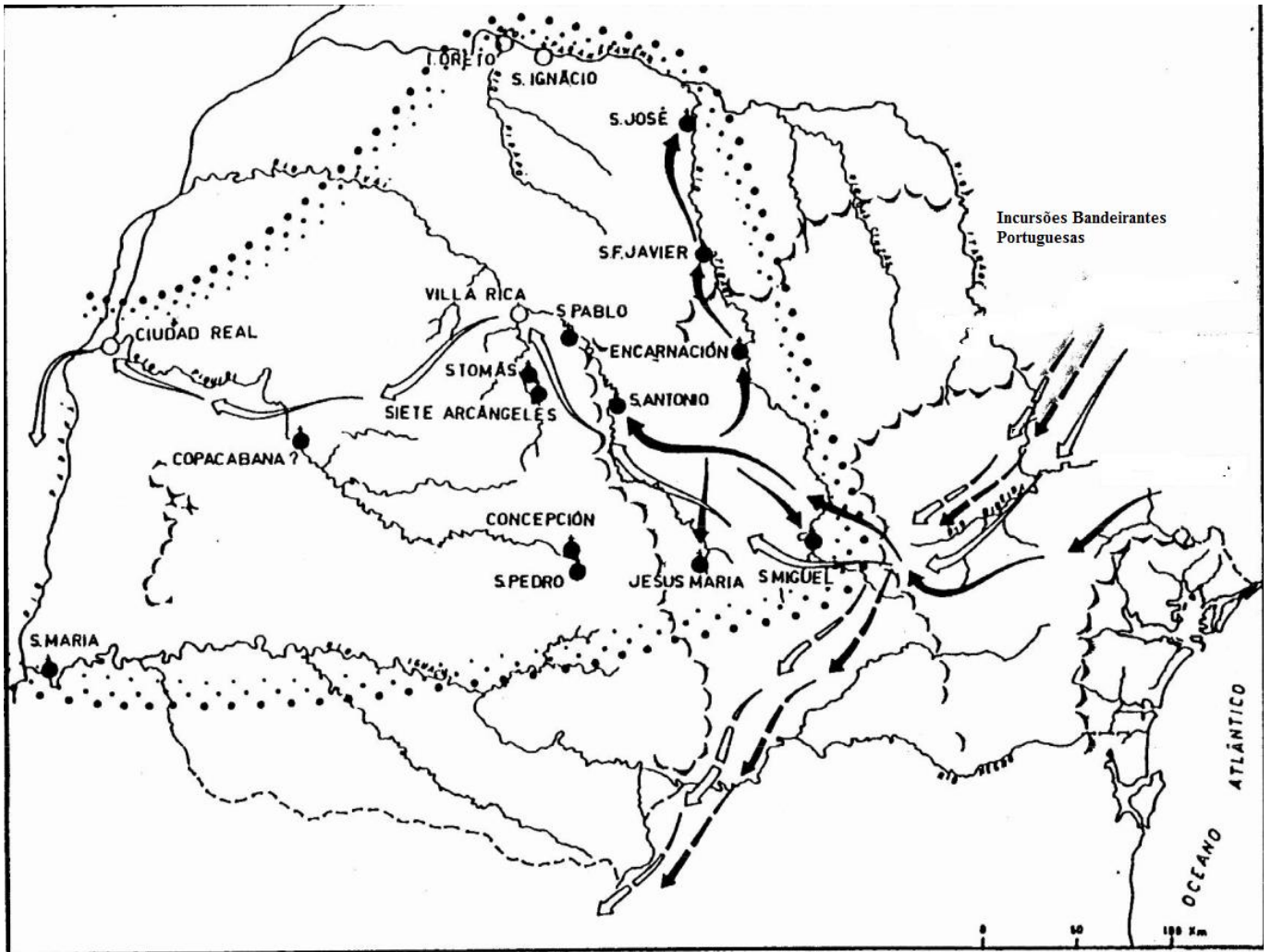
Destruídos oito dos povos do Guairá, os restantes – Loreto e Santo Inácio – tinham os dias contados. Em meados de 1631, na época o Superior das Missões, Montoya convocou os padres para analisar o estado de coisas. Todos coincidiram em que era preciso transmigrar a uma região mais segura. E, assim, tanto os índios dos dois povoados sobreviventes como as de outras oito reduções devastadas, que se haviam refugiado nas montanhas, [...] se apresentaram para o êxodo (BOGONI, 2008, p.36).

O mapa abaixo (fig. 9) indica as principais rotas e os avanços das bandeiras portuguesas no Guairá.

¹³ AGI: “Manuscrito, folio: 74, 3, 31”, p. 220”. Ruiz de Montoya. Antonio, 1643, Arquivo General de Indias.

¹⁴ Bandeirante português que servia aos interesses da Coroa lusitana na expansão do território colonial português na América colonial, in: Monteiro. John, Negros da Terra, 2013, Ed. Companhia das Letras.

Figura 9 – ROTAS BANDEIRANTES PORTUGUESAS NO GUAIRÁ



Mapa da antiga Província do Guairá (1620-1640), destacando a provável rota das ações bandeirantes. Setas negras: Incurões Bandeiras de Antonio Raposo Tavares/ Setas Brancas: Incurões de Fernão Dias

Fonte: (Cardoso, J.A. e Westphalen, Atlas histórico, Ed. Do Chain, 1986). (consultado em 13/06/2016: Biblioteca Dr. Emilio Ravignani Instituto de Historia Argentina y Americana).

Em seus relatos Montoya descreve como agiam e estavam preparados os bandeirantes ao adentraram nas Reduções Jesuíticas presentes no Guairá. Os testemunhos de seus companheiros jesuítas que lhe chegavam, evidenciava a rápida necessidade de transmigrar os contingentes indígenas no processo conhecido como êxodo guaireño.

Lo que toca al primero, en el principio del mes de agosto de 1628 salieron de la villa de S. Pablo hasta novecientos Portugueses con escopetas, espadas, escupiles, rodela, machetes, y mucha munición de balas, y pólvora, y de otras armas acompañados de dos mil y docientos yndios en otros tiempos injustamente captivados. (TORMO e BLANCO,1989, p.167)

En la reducción de Jesús María entró dicho Antonio Raposo Tavares y su compañía de soldados e indios, y quebraron las pilas de agua bendita, arrojaron al suelo las vestiduras sagradas y los Santos Oleos, y se burlaron y encarnecieron del P. Simón Maseta, [...] En San Antonio rasgaron una imagen de Nuestra Señora¹⁵. (MONTTOYA 1631, BNRJ).

Arróspide (1997, p. 252) argumenta que durante as incursões bandeirantes “eran tantos los muertos que no podían enterrarlos. Fueron maltratados los misioneros continuamente por los paulistas, que veían en ellos no sólo un llamado a sus conciencias sino un peligro ante las autoridades lusitanas”.

As investidas Bandeirantes consumaram aos poucos uma desestruturação das Reduções Jesuíticas do Guairá, a violência e destruição praticada por elas preocupavam indígenas e missionários envolvidas pela esfera missioneira.

y con espadas, machetes y alfanjes derribaban cabezas, tronchaban brazos, dejarretaban piernas, atravesaban cuerpos, matando con la más bárbara fiereza que el mundo vió jamás, á los que huyendo del fuego encontraban con sus alfanjes. Más ¿qué tigre no rehusara de ensangrentar sus uñas en aquellos infantes tiernos, que seguros parecian estar asidos á los pechos de sus madres. (MONTTOYA, 1631, BNRJ).

Diante das invasões de bandeirantes paulistas o foco para a migração dos jesuítas e indígenas do Guairá para outras regiões se fazia premente. Os olhares jesuítas então se voltaram para as regiões do Tape e Rio da Prata na Mesopotâmia Argentina¹⁶.

Como solução para escapar da escravidão e da morte, vinda com as invasões bandeirantes, jesuítas e seus indígenas fugiram para a região mesopotâmica argentina. Segundo Kern, a região mesopotâmica encontra-se entre os rios Uruguai e Paraná, e era vista como uma zona de defesa aos ataques bandeirantes. Entre os anos de 1631 (êxodo Guaireño) e 1638-39 (êxodo Tapeano) houve duas fugas missionárias face às investidas bandeirantes. (CHIOGNA e MOURA, 2011, p. 71).

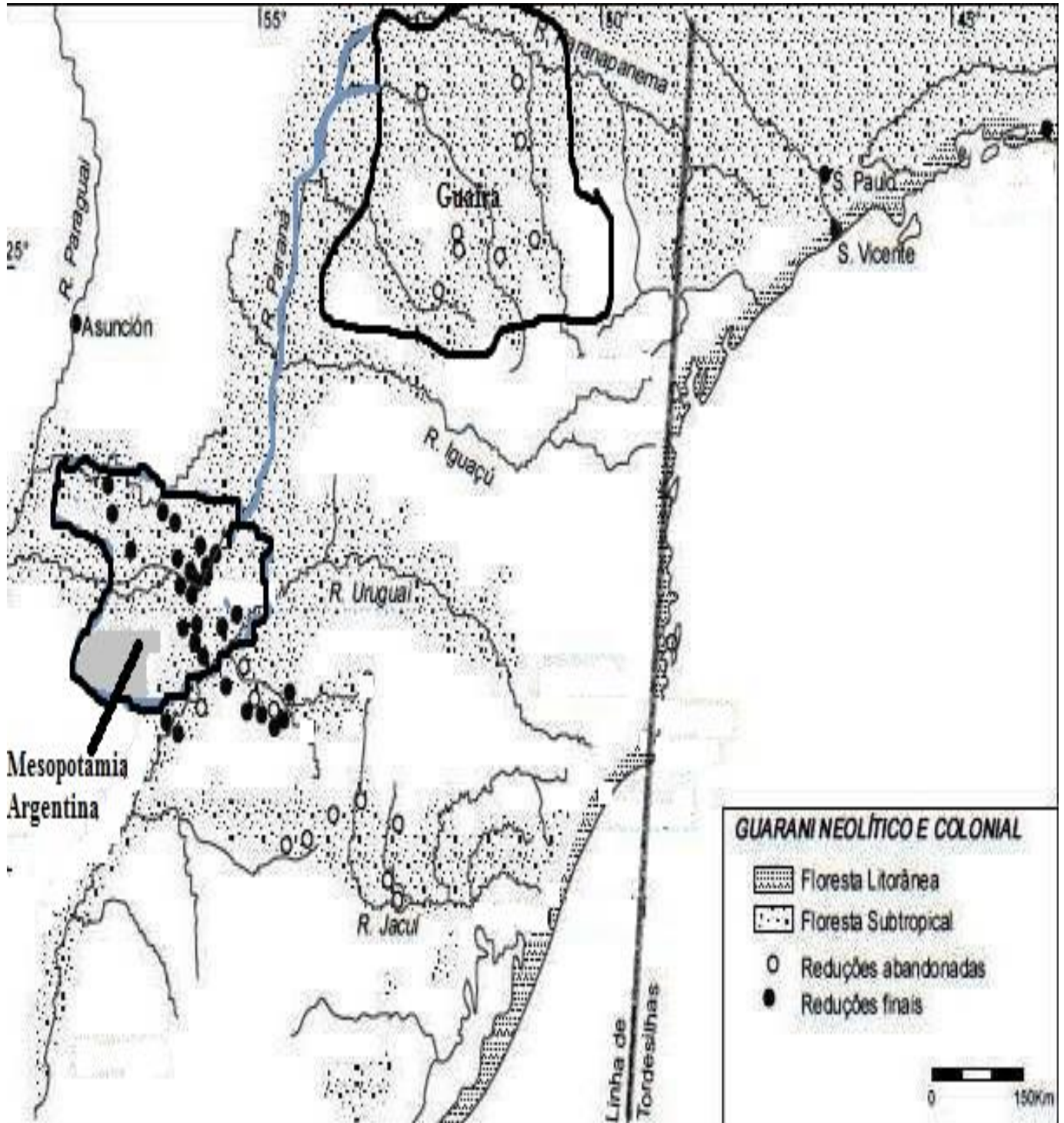
Devemos salientar neste momento que as Reduções Jesuíticas eram estruturas missionárias que estavam diretamente ligadas as *gubernaciones* de Asunção e Buenos Aires, os locais de implantação das Reduções Jesuíticas levaram em consideração as afirmações positivas que partiam das jurisdições, nenhuma redução era consolidada sem o aval que partia das mesmas. Ao se depararem com as incursões Bandeirantes cada dia mais frequentes no Guairá, Ruiz de Montoya e Simon Masseta definiram a tranmigração indígena de forma iminente para a Mesopotâmia Argentina (fig. 10) sem aguardar a definição que partia das *gubernacio-*

¹⁵ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1631. Autos sobre el Retiro de las Reducciones del Guayra y requerimientos hechos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

¹⁶ Região compreendida pelo atual Noroeste Argentino e partes do Paraguai Colonial, as margens do Rio Uruguai e Paraná, uma região de planícies e solos férteis, em manuscritos e cartas *Annuas* das *gubernaciones* do Paraguai e Rio da Prata esta região também era descrita como Mesopotâmia do Paraná ou Paraguai.

nes, contexto que levou Ruiz de Montoya a ter que dar esclarecimentos a Coroa espanhola em meados de 1639, mas que não interfereu de forma acentuada no papel que Montoya continuaria a desempenhar na esfera missioneira.

Figura 10 – MESOPOTÂMIA ARGENTINA (PARANÁ/PARAGUAI).



Fonte: São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, In: Schimitz. P.I, (1991).
(consultado em 14/06/2016: Biblioteca Dr. Emilio Ravignani Instituto de Historia Argentina y Americana).

O processo de emigração dos indígenas para a Mesopotâmia Argentina não foi uma imcubência simples para os jesuítas.

Não foi fácil persuadir os índios de Santo Inácio e Loreto, uns cinco mil, da conveniência da transmigração. A isto ajudou a insustentável situação dos sete mil que viviam espalhados pelas matas, aterrorizados ante iminentes novas malocas. Uma vez todos convencidos, preparou-se a partida. Assim, fabricaram-se setecentas balsas, juntamente com numerosas carretas, para quem iria por terra. Eram cerca de doze mil índios. (BOGONI, 2008, p.36).

Montoya y los seis Padres que le acompañaban, mandaron luego a los selvícolas construir jangadas y canoas para bajar en ellas el Paranapanema y seguir luego Paraná abajo, pues los paulistas estaban ya de vuelta. Todos los míseros enseres de las dos reducciones fueron llevados para la orilla del río. Con ellos fueron también para la orilla del río, viejos y mozos, hombres y mujeres, niños y niñas. No quedó viva-alma en las dos aldeas. Hasta los cuerpos de três misioneros fueron desenterrados y llevados por los retirantes. (TORMO e BLANCO, 1989, p. 215)

A desistência de um projeto que vinha sendo tão bem sucedido na região deixava profundas marcas para os jesuítas que atuavam no Guairá, Montoya relata que:

Andaba la gente ocupada en bajar al río su matalotaje y alhajas. El ruido de las herramientas, la prisa y en particular de las Villas de confusión, parecía anuncia vecino el día del Juicio. Añadíase a esto la vista de seis o siete sacerdotes religiosos, que allí nos hallamos todos ocupados en consumir el Santísimo, en descolgar imágenes, en recoger ornamentos, desenterrar tres cuerpos de Padres misioneros insignes que allí descansaban, para que nos acompañasen en este trabajo muertos, los que en muchos nos habían hecho buena compañía vivos, y no quedaran con la decencia y honra debida en aquellos desiertos. Era lástima desamparar iglesias tan hermosas, que tanto nos habían costado de fabricar y embellecer, y que si en riqueza no, por lo menos em aliño, limpieza, desahogo y curiosidad, podían competir con muchas de los colegios de Europa¹⁷. (MONTROYA, 1628, BER).

Ponía espanto ver por toda aquella playa ocupados indios en hacer balsas [...], El ruido de las herramientas, la prisa y confusión daban demostraciones de acercarse ya el juicio.[...] se dió la senal para la partida y todos, con lágrimas en los ojos dieron el ultimo adiós a su querida patria¹⁸. (MONTROYA, 1635, BER).

Uma carta enviada ao superior das reduções Ruiz de Montoya o fez adiantar as pretensões de fuga dos indígenas e jesuítas da região guairenha para o Tape e Rio da Prata. “Aumentó la conster-

¹⁷ **BER:** Ruiz de Montoya. Antonio. 1628. Transferencia de Las Reducciones de San Loreto y San Ignacio. (Carta de Ruiz de Montoya a Francisco Vasquez Trujillo).

Biblioteca Dr. Emilio Ravignani, Universidade de Buenos Aires (UBA) Instituto de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”.

¹⁸ **BER:** “Manuscrito 4 folios, 1635” Ruiz de Montoya. Antonio. Biblioteca Dr. Emilio Ravignani, Universidade de Buenos Aires (UBA) Instituto de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”.

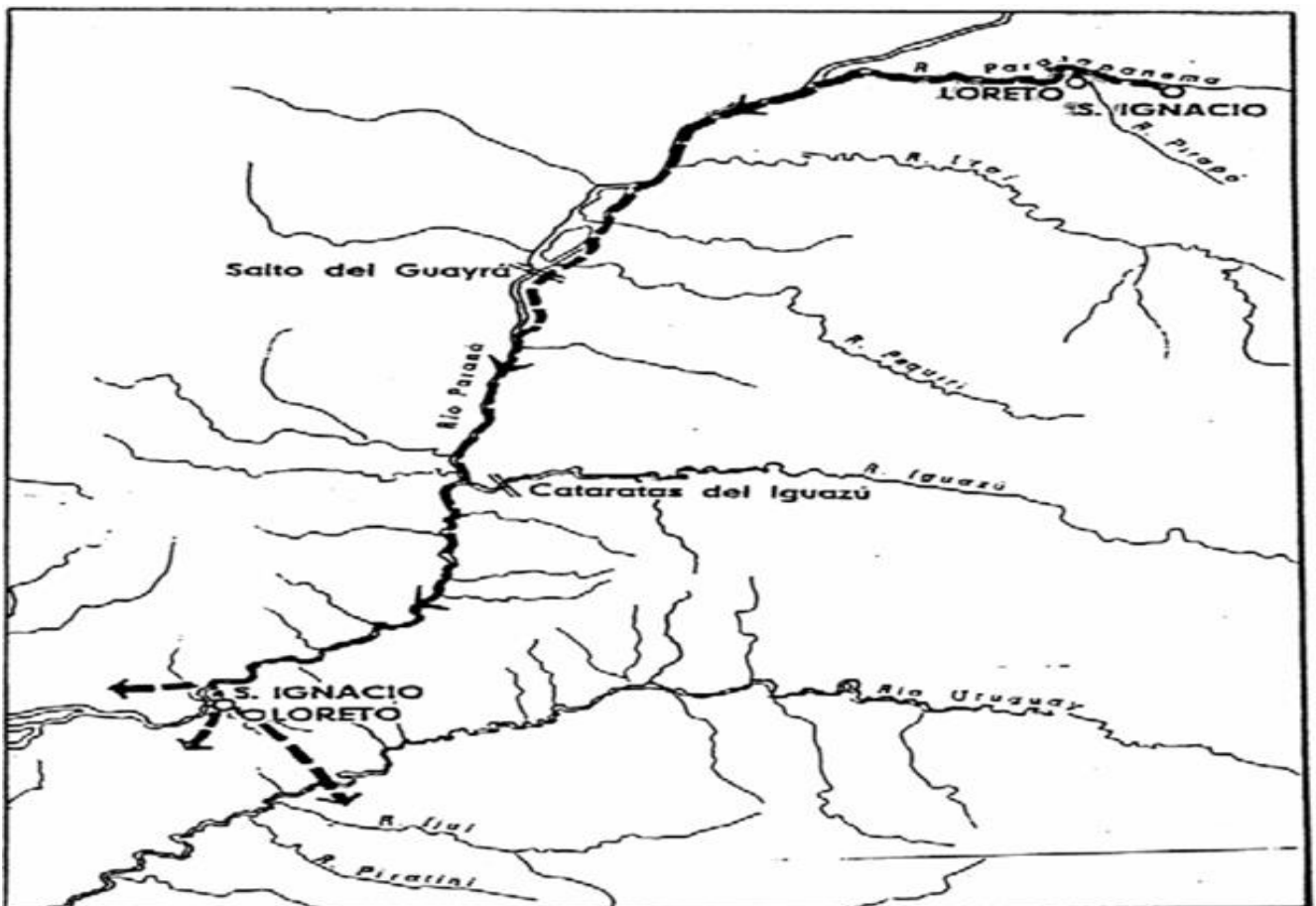
IGLESIA : Cartas Annuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús, 1615-1637, Vol. 20.

nación una carta llegada de la Ciudad Real, la cual avisó que se había avistado el enemigo. Así, sin demora, fué resuelta la partida de los 12.000 indios en 700 canoas y balsas, con las provisiones correspondientes¹⁹.

O percurso até as infâncias do Rio da Prata na Mesopotâmia Argentina não era fácil (fig.11). Antonio Ruiz de Montoya descreve as dificuldades em se chegar a essa região, as embocaduras e as quedas dos rios juntando-se as suas precipitações fluviais dificultavam a navegação e vitimaram grandes contingentes.

Al venir la flotilla al gran salto del Guairá, tuvo que desembarcarse la gente, para irse a pie por unas veinte léguas por el monte, para rodear el salto. Entregaron unas trescientas canoas a la corriente de las aguas, con la esperanza de que, a lo menos algunas, podían pasar sin destrozarse, para servirse de ellas en el resto del camino. Se equivocaron. Pues, las aguas se precipitan com tanta vehemencia entre las peñas, que pronto se hicieron astillas. Cinco largos días duro la bajada, y habían esperado encontrar embarcaciones río abajo, donde comienza a ser outra vez navegable²⁰.(MONTROYA, 1628, BNRJ).

Figura 11 – ÊXODO DO GUAIRÁ MISSIONEIRO



¹⁹ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1631. Autos sobre el Retiro de las Reducciones del Guayra y requerimientos hechos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

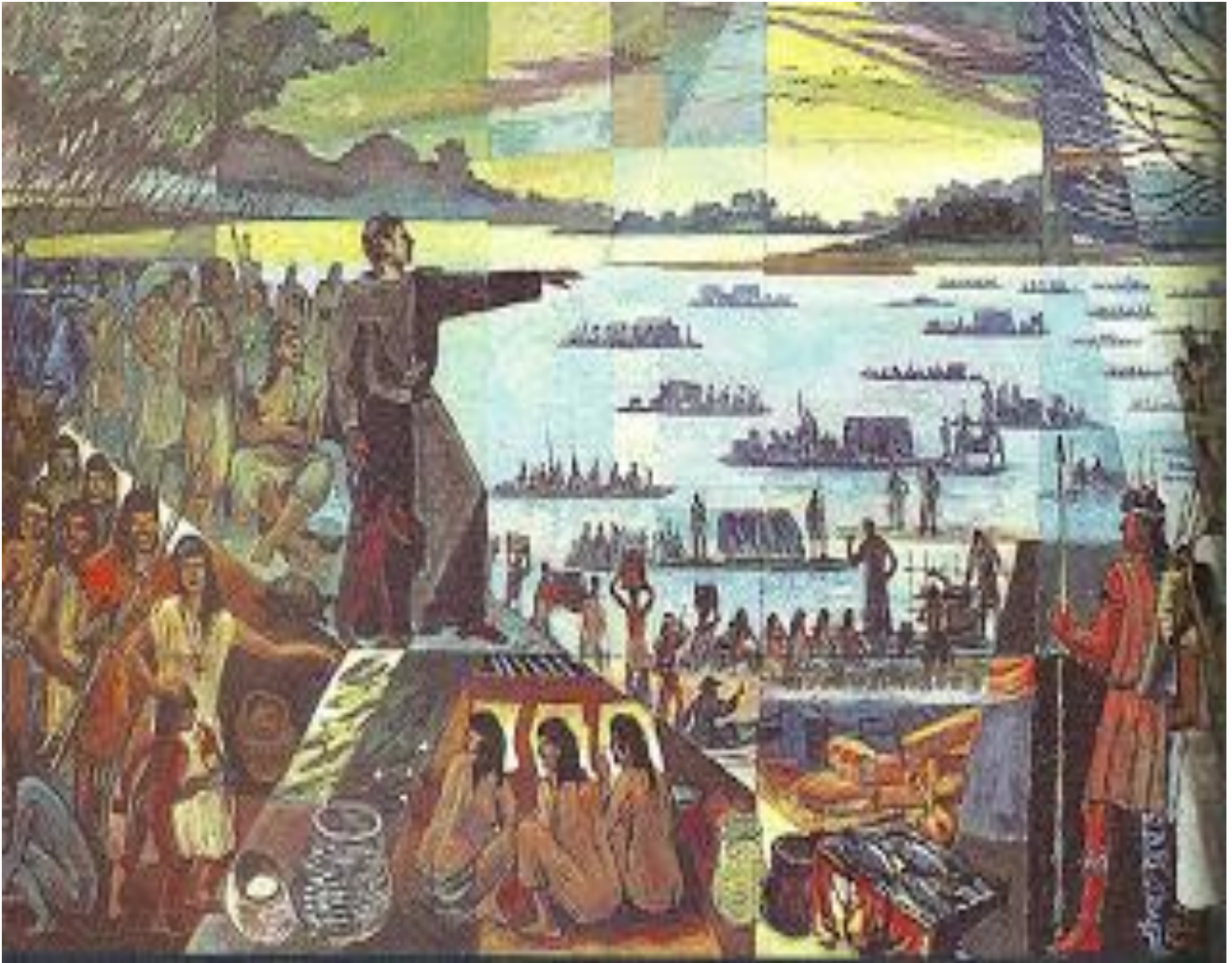
²⁰ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1628. Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Provincias Reducciones de Indios en las hostilidades que padece de los Portugueses. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

(A rota do êxodo guairenho, desde o Pirapó no Guairá ao Rio da Prata na Mesopotâmia Argentina).

Fonte: ARRÓSPIDE, J. L., (Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", Asunción, 1997, p 265).

O êxodo guairenho (fig 12) se tornou retrato de uma investida incisiva e violenta de Bandeirantes portugueses aliados aos mamelucos²¹, o que forçou uma das maiores migrações indígenas relatadas em documentos coloniais na América espanhola.

Figura 12 – “O GRANDE ÊXODO”



Euro Brandão- "O grande êxodo"- Museu Paranaense

(Obra exposta: Secr. Estadual da Cultura- "Missões: conquistando almas e territórios". Curitiba, 2009).

Apenas alguns dias separaram a fuga do Guairá pelos indígenas e jesuítas da chegada de um grande contingente bandeirante as Reduções de Nossa Senhora de Loreto de Pirapó e San Ignácio

²¹ A falta da mulher de origem portuguesa ou europeia nas vilas da América portuguesa favoreceu a mestiçagem, o cruzamento entre portugueses e mulheres nativas, ocasionou o surgimento de filhos bastardos ou legítimos conhecidos como mamelucos, in: Monteiro, J. Negros da Terra, índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo, São Paulo, Ed. Companhia de Letras, 6ª ed. 2013.

Mini I as últimas que continuaram intactas no Guairá, antes de também serem destruídas pelos bandeirantes.

Escasamente dos días despúes de la partida de los fugitivos, llegó Andrés Fernández al frente de sus mamelucos, dispuesto a caer como ave de rapiña sobre las dos reducciones. Pero esta vez había llegado demasiado tarde [...] estaban los paulistas realmente enfurecidos [...] Descargaron su saña sobre las iglesias, en las que veían concentrada la obra de los misioneros. (ARRÓSPIDE, 1997, p. 259).

Esse fato frustrou a investida bandeirante de Andrés Fernández, companheiro de Antonio Rapozo Tavares, mas não diminuiu o intenso processo de investidas portuguesas a região guairenha nos anos subsequentes, pelo contrário, impulsionou novas incursões portuguesas para as regiões mais ao sul dos limites coloniais espanhóis.

Para os jesuítas, a região do Guairá de fato havia sido deixada pra trás, mas não as suas pretensões missioneiras. A fixação e o desenvolvimento de novas reduções agora na Mesopotâmia Argentina às margens do Rio da Prata e Uruguai permitiram a Montoya consolidar novas perspectivas de continuidade das ações missioneiras jesuíticas, não se rendendo às investidas que ocorreram nas instâncias guairenhas. Uma importante mudança de postura Jesuítica-Guarani contra novas possíveis invasões bandeirantes portuguesas desencadeou o projeto de formação da *Milícia Indígena Guarani* em Rio da Prata.

A experiência adquirida durante as Missões Jesuíticas no Guairá deve ser entendida a partir da presença significativa e definitiva das populações indígenas Guarani no contexto. O indígena tanto reduzido como explorado nas instâncias do poder espanhol era o elemento essencial de sustentação do projeto colonial.

A defesa dos limites territoriais espanhóis após as invasões bandeirantes ao Guairá entre 1629 e 1632 significava a manutenção e incremento tanto do elemento espanhol como missioneiro na região. A aliança entre jesuítas e indígenas Guarani resultou em uma fundamental peça do sistema de colonização espanhol na Bacia do Rio da Prata. Sem ela provavelmente os projetos de colonização da América espanhola nessa região não teriam tido a projeção e êxito que alcançado durante os séculos posteriores.

É nesse momento do conflito desencadeado pelas invasões Bandeirantes e a fuga de indígenas e jesuítas para o Rio da Prata que uma instância de defesa do território espanhol e do próprio projeto missioneiro se instaura: as *Milícias Indígenas Guarani* surgem entre alianças, negociações e a atuação do indígena Guarani. Elas devem entendidas como um processo gradativo de manutenção dos projetos colonial e jesuítico. Com o tema das milícias que daremos visibilidade à participação indígena nessa estrutura colonial. Para tanto nos faz necessário compreender como as milícias indígenas Guarani surgem e o seu provável papel de atuação nesse contexto histórico.

2. A “MILÍCIA INDÍGENA GUARANI” ENTRE DEFESA, FRONTEIRA E RESISTÊNCIA

2.1- Antonio Ruiz de Montoya e a defesa do armamento indígena perante Felipe IV.

A grande fuga de jesuítas e indígenas Guarani proposta por Antonio Ruiz de Montoya do Guairá para a região de Rio da Prata na Mesopotâmia Argentina, deve ser entendida como uma intenção de manutenção temporária do processo de desenvolvimento das Missões Jesuíticas que viam sendo implementadas no Guairá. Muitos documentos pertinentes ainda hoje produzidos referentes ao êxodo guairenho descrevem a destruição das Reduções Jesuíticas do Guairá como um resultado único e exclusivo das invasões Bandeirantes paulistas, mas devemos reconsiderar essas colocações.

Com frequência, os historiadores hispano-americanos, e, em especial, os platinos lançam sobre os bandeirantes paulistas a culpa exclusiva da destruição das missões do Guairá [...] Pelo que respeita à primeira dessas acusações, [...] aconselham-nos a dividir largamente as responsabilidades entre bandeirantes paulistas, espanhóis do Guairá e os próprios padres, que nem sempre usaram com os primeiros da prudência e benignidade mais próprias de seu apostolado. (CORTESÃO, 1951 p. 84-85)

O processo forçado desde a migração jesuítica Guarani das instâncias do Guairá para a Mesopotâmia Argentina, contribuiu para o surgimento de uma proposta de defesa das Reduções Jesuíticas que viriam a ser reconstruídas agora em Rio da Prata.

Ruiz de Montoya nos sabores de suas pretensões missioneiras consolidou ideologicamente uma proposta que consistia basicamente no armamento de tropas indígenas para a defesa das instâncias reducionistas. É nesse contexto que se insere a pretensão Inaciana de uma aliança com o indígena pela formação da milícia Guarani no Paraguai colonial e Rio da Prata. Armar e treinar com táticas de guerrilha²² europeia os indígenas Guarani presentes nas Reduções para o combate era a medida mais viável a ser tomada no contexto em que se inseriam as Missões jesuíticas na Bacia Platina naquele momento. Segundo Montoya, as armas de fogo que os Bandeirantes manejavam nas investidas e saques às Reduções Jesuíticas eram de fato o diferencial de superioridade no campo de batalha contra os indígenas.

²² Descrição empregada à atuação das milícias indígenas Guarani, devido às particularidades de treinamento que assumia durante os combates muito parece com a atuação das guerrilhas europeias, in: NEUMANN, Porto Alegre, 1996.

Podía bastar un tiro al aire para que los indios, armados sólo de arcos y flechas, desistiesen de atacar a una empalizada enemiga. La única manera de defenderse de los paulistas, bien pertrechados de esas armas, era pues contar también con ellas. (ARRÓSPIDE, 1997, p. 295).

Os agravos e destruições que as Bandeiras trouxeram às Reduções Jesuítas do Guairá fizeram com que a necessidade de se armar aos indígenas Guarani se tornasse uma pretensão determinante. O missionário superior das Reduções, assim almejando a aprovação documental dessa instância de defesa envia uma série de cartas ao rei Felipe IV entre os anos de 1637 e 1638 declarando os estragos cometidos pelas Bandeiras paulistas às Reduções Jesuíticas e suplicando a real necessidade de aprovação de uma instância de defesa armada indígena Guarani atuante para proteção imediata das regiões pertencentes à Corte Castelhana.

A V.M. pide y suplica se sirva de hacerle merced de mandar dar licencia para que las dichas reducciones tengan las armas de fuego necesarias para defenderse de las dichas invasiones que hacen dichos vecinos de San Pablo tan en daño de los dichos indios y sus reducciones pues si no hay con que defenderlas quedaran todas desiertas como lo estan muc has que eran las mejores que había en aquellas provincias que en ello recibirán merced²³.(MONTROYA, 1641, BNRJ).

As pretensões almejadas por Ruiz Montoya quanto à formação e atuação das milícias indígenas eram de fato audaciosas, devido a duas questões essenciais: Primeiramente a concessão para utilização de armas de fogo por indígenas sempre foram alvo de intensos debates entre os colonizadores espanhóis. Nenhuma concessão ou liberação de armas de fogo havia sido feita pela Coroa espanhola desde o início de sua colonização na Bacia do Rio da Prata. As próprias normativas expostas nas Ordenações de Alfaro que regiam a colonização da América espanhola deixavam claras que qualquer intenção armada indígena sem autorização da Coroa estava de fato passível de severas punições. Os próprios colonizadores em sua grande maioria eram contra as instâncias de defesa armada por parte dos indígenas tutelados, apesar das investidas Bandeirantes se tornarem um obstáculo à colonização dos espanhóis na região Platina. A perda da mão de obra indígena para as missões jesuíticas eram vistas como um estancamento ao processo colonizador espanhol, muitas cartas e documentos eram emitidos a Coroa e endereçadas ao rei Felipe III e posteriormente seu sucessor Felipe IV, evidenciando os abusos que os jesuítas cometiam ao privar os espanhóis da exploração da mão-de-obra indígena. A concessão de armas de fogo na aliança Jesuítica-Guarani se tornaria de fato um obstáculo a mais ao processo de ascensão da encomenda.

²³ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1641. Antonio Ruiz de Montoya, José Cataldini y Simão Maceta Información hecha por los padres sobre si los indios del Iabebiri tenían armas de fuego. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá.

Uma carta de Ruiz de Montoya datada de 1643 logo após a outorga real para a atuação das milícias indígenas Guarani na região Platina busca esclarecer e defender a atuação jesuítica diante das denúncias aclaradas pelos colonizadores espanhóis ao governador de Asunción Pedro de Lugo Navarra²⁴. Nela podemos observar quais os argumentos que eram utilizados em detrimento às ações jesuíticas que não eram assimiladas positivamente dentro da esfera colonial de Rio da Prata e do Paraguai colonial.

Hallá el Gobernador y sus secuaces para apoyo del destierro y privaciones de Doctrinas que desean, graves delitos contra dichos religiosos; de que sin asco han hecho, siendo laicos, cabeza de procesos criminales, con denunciaciones en forma, como consta de los papeles que exhibe el suplicante; y se reducen a nueve: 1 Que tienen oculto un gran plan de que se aprovechan.- 2 Que ponen mal a los españoles con los indios.- 3 Que no quieren que los Obispos visiten sus Doctrinas.- 4 Que no quieren que los Gobernadores visiten.- 5 Que tratan y contratan.- 6 Que no quieren que los indios sirvan a los españoles.- 7 Que los indios que ha convertido la Compañía a la Iglesia, ha sido por armas.- 8 Que dan armas de fuego a los indios.- 9 Que despueblan las reducciones de indios sin licencia de V.M. A éstos se reducen los pecados y crímenes de dichos religiosos. Y aunque cada punto pedía respuesta muy lata por haber materia, ser fuerza ceñir este Memorial²⁵. (MONTTOYA, 1643, AGI).

No mesmo contexto de denúncias que os governantes apoiadores da *encomienda* enfatizavam perante a Corte Castelhana, Ruiz de Montoya declara que:

viendo que habiamos librado esta gente de sus manos, y que no les dimos lugar á que hiciesen presa, escribieron cartas á varias personas, Prelados, Obispos y señores, y aún en esta corte sembraron fama, que yo (que como mal hechor me cargaron la culpa) habia sacado aquellos indios de sus tierras, y llevádoslos á extrañas regiones y los habia muerto en el camino todos, lamentándose mucho de este yerro. (MONTTOYA, 1643, AGI).

O segundo problema relevante quanto à intenção de formação das milícias se centrava na aprovação por parte da Coroa espanhola, a liberação de armas de fogo para serem utilizadas em combate por uma instância indígena mesmo sob tutela jesuítica e se embasando no argumento de defesa da priori religiosa e catequética, não esmorecia qualquer pretensão da Corte, se fazia necessário neste contexto um argumento mais forte pautado em pretensões político econômicas que vislumbrassem a Coroa para uma real necessidade em se armar os Indígenas Guarani, segundo Bruxel (1983, p. 86) “os jesuítas podem ter invocado mil vezes o motivo político não porque este fosse para eles o motivo decisivo, nem sequer importante, mas porque, naqueles tempos, como hoje e sempre, os motivos religiosos não eram capazes de mover a morosa burocracia metropolitana a de-

²⁴ Governador de Asunción entre os anos de 1636 a 1641.

²⁵ AGI: “Manuscrito, folio: 74, 3, 31”, p. 220”. Ruiz de Montoya. Antonio, 1643, Arquivo General de Indias.

cretar, com tempo, as medidas necessárias para tal fim humanitário e cristão que a Companhia tinha em vista”.

É nesse contexto que o argumento político colonial de defesa dos limites territoriais da Coroa espanhola diante das investidas Bandeirantes portuguesas ao Guairá ganha força, Ruiz de Montoya como sábio mediador e conhecedor das leis que vigoravam no período compreendia que a liberação de armas de fogo para serem utilizadas pelos indígenas Guarani não resultaria numa tarefa fácil. Mas para a manutenção do projeto missionário as instâncias de defesa do sistema jesuítico dependiam da concessão por parte da Coroa desse projeto.

[...] cuando las prácticas de las banderas paulistas alcanzaron gran intensidad. La intranquilidad y el desasosiego se vieron incrementados, en aquellos años, [...] Pero esta inquietante situación no tuvo una respuesta comprometida y clara desde el lado de la Corona española; por el contrario, prevalecieron los vaivenes políticos y la ausencia de medidas que garantizaran el sostenimiento financiero y la organización de la defensa militar. En consecuencia, y ante el vacío existente, desde el espacio local se generaron proyectos que fueron elevados a la aprobación del rey. (QUARLERI, 2009, p. 81).

É nesse vázio de projetos de defesa dos limites coloniais espanhóis que a proposta de formação e atuação da milícia indígena Guarani ganha respaldo. A argumentação utilizada por Ruiz de Montoya presente nas cartas enviadas à Corte se tornou um canal direto imprescindível na busca pela aprovação das milícias indígenas. Ciente da real necessidade e urgência em se armar aos indígenas Guarani, Ruiz de Montoya como superior das Reduções, em 1637, viaja a Espanha no intuito de consolidar suas pretensões perante o rei espanhol Felipe IV. O dialogo direto com a Coroa agilizaria a aprovação do projeto miliciano, o que era de fundamental importância, já que a reinstalação jesuítica Guarani na Mesopotâmia Argentina poderia vir a sofrer brevemente com investidas Bandeirantes, assim como ocorreram no Guairá.

Devemos ponderar, antes de observar o diálogo presente da concessão de armas de fogo entre Ruiz Montoya e o rei Felipe IV, que apesar da ausência quanto a medidas concretas que tivessem a defesa dos limites territoriais da Coroa espanhola na Bacia do Rio da Prata, a Corte nunca esteve alheia aos acontecimentos na região. Uma série de informes e documentos coloniais eram periódica e sistematicamente enviadas à Espanha, relatando os acontecimentos que acometiam a região o relato de destruição e mortes indígenas geradas pelas Bandeiras paulistas de Raposo Tavares ao Guairá sempre foram amplamente noticiadas por Montoya, assim como pelos jesuítas auxiliares daquelas Reduções, Simón Masseta e José Cataldini.

Pretendemos a partir deste ponto adentrar nessa documentação colonial para compreendermos de fato como a formação da milícia indígena Guarani se instituiu em um campo aberto de intensos conflitos coloniais.

Em uma Petição de 1640, Antonio Ruiz de Montoya declara a destruição produzida pelas Bandeiras paulistas na região do Guairá. Perspicaz na consumação de seu real objetivo em frente à manutenção do projeto jesuítico. O inaciano já argumentava a real necessidade em se armar aos indígenas Guarani na luta diante das invasões portuguesas aos limites da Coroa espanhola.

las dhas reducciones de algunos anos a esta parte han recebido mucho daño y menoscabo por la mucha mortandad que ha ávido en ellas assi de los Indios infieles a quienes están vezinos como en las Invasiones q los vezinos de S. Pablo han hecho cautivando muchos Indios, y matando otros, y algunos Religiosos de la dha comp.a por querer ampararlos y defenderlos, lo qual es todo contra la promulgación del S.to evangelio y ensenansa de los ya convertidos, pues resulta el llevarlos cautivos asi los dhos Indios gentiles, como los vez.os de S. Pablo para venderlos en el brasil p.a los Ingenios de asucar a cuya causa ba todo en grande diminución por estar las dhas reducciones mas de cien léguas de la ciu." de la asumpcion cavesa de la governacion del Paraguay de donde es ymposible el tener ningún socorro para su de fensa como consta del hecho pues en las Invasiones q dhos vez. de San Pablo [hizieron] no an sido socorridos y ayudados a cuya causa los dhos vez de S. Pablo han cautivado y llebado por esclavos muchos yndios y rreducciones enteras²⁶. (MONTTOYA, 1641, BNRJ).

A. V. M. pide y suplica se sirva de hazerle mer." de mandar dar lisencia para q las dhas reducciones tengan las armas de fuego necessarias p.a defenderse de las dhas Invasiones q hazen dhos vez. de Sant. Pablo tan en daño de los dhos Indios y sus reducciones pues sino ay con q defenderlas quedaran todas desiertas como lo están muchas q eran las mexores que avia en aquellas prov. que en [e]llo receveran mer.d.²⁷(MONTTOYA, 1626, BNRJ).

As declarações perante a Corte Castelhana geraram certa afirmação pela real necessidade em se buscar a defesa dos limites territoriais.

Devemos salientar que o projeto evangelizador nas instâncias do Guairá propiciou um período de ascensão as vilas espanholas que vinham sendo assoladas por invasões indígenas hostis, essa particularidade consolidou uma perspectiva positiva do projeto jesuítico junto a Coroa espanhola. Quando as missões migraram para a Mesopotâmia Argentina e a formação das milicias começaram a se tornar um elemento primordial para os jesuítas, a Corte além de analisar as possibilidades de outorga das milicias também levou em consideração o retrospecto positivo que as Reduções Jesuíticas traziam ao sistema colonial no Prata.

Ruiz Montoya foi hábil ao consolidar sua proposta de formação das milícias, pois sabia que a Coroa não cederia facilmente aos argumentos jesuíticos.

²⁶ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1641. Antonio Ruiz de Montoya, José Cataldini y Simão Maceta Información hecha por los padres sobre si los indios del Iabebiri tenían armas de fuego. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

²⁷ **BNRJ:** Ruiz de Montoya. Antonio, 1626. Carta del Padre Antonio Ruiz de Montoya em la Decimo segunda carta anua del Padre Provincial Nicolas Mastrilli em la que se relaciona lo acacido em la Provincia em los años 1626-1627. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 3: Jesuitas e bandeirantes no Tape.

Assim o missionário forjou uma defesa do projeto miliciano onde a formação das milícias serviria de forte as frequentes investidas portuguesas aos limites territoriais espanhóis próximos a fronteira estipulada pelo Tratado de Tordesilhas, esse argumento vislumbrou positivamente uma perspectiva político, administrativa, e econômica para a Coroa, sem deixar de mencionar que em segundo plano o projeto evangelizador seria amplamente beneficiado pelas milícias Guarani.

Durante os anos em que teve de ficar na Corte espanhola, 1638 até 1643, Ruiz de Montoya não ficou alheio aos acontecimentos ocorridos na Província Jesuítica do Paraguai e Rio da Prata, o que o auxiliava durante o processo, devido ao fato de receber constantemente informações atualizadas para incluir nos memoriais que continuava enviando à Corte e ao Conselho das Índias (AGUILAR, 2002, p. 342).

Ruiz de Montoya foi um hábil defensor da continuidade do projeto jesuítico em Rio da Prata, sua argumentação em defesa da milícia armada indígena Guarani traçou o desenho de um projeto que vislumbrou benefícios político administrativos a Coroa, “Al respecto, fue central el diseño de una estrategia geopolítica de salvaguarda del territorio por parte del gobernador del Río de la Plata, Hernando Arias de Saavedra, y los jesuitas españoles, en conjunción con los guaraníes”. Quarleri, (2009, p. 81)

É nessa conjuntura de fatores que podemos perceber as alianças político-administrativas que se instituíram entre jesuítas e os governadores da região da Bacia Platina. O governador de Rio da Prata Hernando Arias de Saavedra (Hernandarias) régio administrador sempre buscou o diálogo frequente com os jesuítas atuantes no Paraguai e Rio da Prata. A destruição das Reduções Jesuíticas do Guairá, o avanço bandeirante nas regiões platinas e as escassas formas de defesa colonial dos limites espanhóis o fizeram considerar o projeto miliciano enfatizado por Montoya como pertinente ao avanço colonizador e jesuítico da região que traria benefícios à Coroa. Esse somou-se como um fator importante de apoio ao projeto jesuítico-Guarani de defesa miliciano.

Montoya permanece cinco anos em Madrid em seus memoriais informa detalhadamente às autoridades reais, principalmente ao Conde duque de Olivares primeiro Ministro e verdadeira autoridade da Espanha os acontecimentos que se processavam em territórios platinos. A instância deste ministro se reúne, em 1638, uma Junta composta por espanhóis e portugueses, para propor as medidas a fim de evitar fatos como os denunciados. (ARTIGAS, 2001, p. 36).

Segundo Bogoni (2008), Ruiz de Montoya, em 1642, “apresentou-se ao rei e às pessoas mais influentes e expôs fervorosamente as necessidades e perigos daquelas Missões; [...] o rei Felipe IV transferiu ao Vice-Rei do Peru, Marquês de Mancera, o poder de outorgar aos jesuítas a autorização para dotar com armas de fogo os índios”, essa transferência-se ocorreu devido a proximidade do vicerreino do Peru com as instâncias jesuíticas no Prata.

Llevó Antonio a la audiência los dos memoriales, impresos, que si su Majestad se servía pasar por ellos los ojos, se lastimaría su Real corazón, y movería el amor de sus vassalos al remedio. El Rey le dijo, extendiendo la mano: Dad acá, que yo los veré con cuidado. Habitualmente los documentos iban al Consejo de Indias, que comunicaba al Rey, en pocas palabras, su contenido. Pero en este caso consta que el Rey los leyó con detenimiento. (ARRÓSPIDE, 1997, p. 289).

Um trecho da Carta outorgada por Felipe IV ao Marquês de Mancera demonstra a intenção por parte da Coroa em se armar os indígenas Guarani sob a tutela jesuítica. A consolidação documental das Milícias Guarani estava agora a mercê da aprovação do vice-rei do Peru.

Marquês de Mancera, pariente, de mi Consejo de la Guerra, gentil hombre de mi Cámara, mi Virrey y Governador y Capitán General de las Provincias del Perú: Antonio Ruiz de Montoya, de la Compañia de Jesus, me ha hecho relación es muy conveniente que todos los indios de la Provincia del Rio de la Plata y Paraguay, que fueron antiguos christianos (de cuya lealtad no hay duda) y estuvieren en fronteras de los portugueses del Brasil, se ejerciten en el manejo de armas de fuego, por la falta que hay de Españoles, para que se puedan defender de los irreparables daños que la experiencia ha mostrado han recibido aquellas Reduciones de los Portugueses de la Villa de San Pablo, quedando la mayor parte de ellas destruidas, sus indios captivos y como tales vendidos en el Brasil ó muertos en los caminos; y para que ésto se ejecute con tan buena forma y ajustamiento, que no se pueda recelar las alteraciones e inconvenientes que (por parte de los habitantes de las dichas Provincias se han representado) se seguirán de habilitar-se los indios en el manejo de las dichas armas, ha propuesto que la cantidad de ellas y de las municiones que se permitieren tener en las dichas reducciones para su defensa, estén a cargo y en poder de los religiosos que les dostrinaren, teniendo para ellos algunos legos y que estos cuiden de adestrar los indios en el manejo de estas armas, no entregándoles más de las que bastaren para el intento y recojiéndolas luego [...] (TORMO e BLANCO, 1989, p. 224).

Ruiz de Montoya esboça uma intenção ainda mais clara de liberação de armas, em uma carta enviada ao vice-rei Marquês de Mancera. O jesuíta argumenta a urgência em proceder à defesa das Reduções Jesuíticas na Mesopotâmia Argentina.

A Su Excelencia pide y suplica se sirva de ver este negocio con la atención que pide su gravedad, de que depende el logro y quietud de estos reinos y de mandarle dar las armas necesarias para resistir a 2000 portugueses y a 2000 tupiés, que también muchos manejan armas de fuego; y mande que por ahora, vista la apretura y falta de ellas, por haber Su Excelencia socorrido tantos presidios y armado tantos soldados; se le den 500 cañones, 70 botijas de pólvora y otros tantos quintales de plomo o lo que Su Excelencia fuere servido, para que por Santiago de Chile pueda pasar a la dicha provincia²⁸. (MONTROYA, 1643, AGI).

²⁸ AGI: "Manuscrito, folio: 74, 3, 31", p. 108". Ruiz de Montoya. Antonio, 1643, Arquivo General de Indias.

Diante das predições do rei espanhol Felipe IV, o Vice-Rei Marquês de Mancera outorga e concede a utilização de armas de fogo pelos indígenas Guarani, sob tutela jesuítica, mas essa liberação ocorreu somente em meados de 1643.

A presença do padre Ruiz de Montoya na Corte Real de Madri contribuiu, eficazmente, para sensibilizar o soberano espanhol e os seus assessores mais próximos dos diversos Conselhos, sobre a realidade das missões jesuíticas [...] além de proporcionar às autoridades e à opinião pública o esclarecimento de muitas questões controversas. (AGUILAR, 2002, p. 348).

Um fator a ser considerado no desvencilhar das liberações político-administrativas quando acionada a Coroa espanhola, nesse período, era a lentidão em que decorriam os processos que beneficiariam as colônias. Na verdade a prática antecedia as definições que a Coroa promulgava. As milícias indígenas Guarani na urgência pela defesa e diante dos avanços Bandeirantes se tornam atuantes muito antes da liberação e concessão de armas de fogo aos indígenas pelo Vice-Rei Marquês de Mancera:

O armamento era mais urgente que as decisões da Junta de Guerra e as decisões do Vice-Rei, então devido aos ataques e ao fato que inclusive de cidades espanholas terem sido destruídas, o governador de Buenos Aires, libera cerca de três mil armas de fogo para os indígenas, que conseguem a sua primeira vitória sobre os bandeirantes na Batalha de Caaçapa Guaçú, em 1639. (CHIOGNA e MOURA, 2011, p. 72).

En medio de las invasiones paulistas, los jesuítas prepararon la defensa de sus reducciones; anticipándose a los hechos, entrenaron militarmente a los guaraníes reducidos, adquirieron mosquetes y fabricaron armas y pólvora en las misiones. En ese momento, los pueblos contaban con un numero importante de armas de fuego, cañones de tacuara y canoas levianas para enfrentar al enemigo [...] el entrenamiento y la posesión de armas les permitieron a los guaraníes detener a los paulistas[...] y obtener la victoria en dos batallas: Caazapá Guazu(1639) y Mbororé(1641).(QUARLERÍ, 2009, p.89).

A outorga de Felipe IV e posterior consolidação do Vice-rei Marquês de Mancera se tornou determinante na consolidação das milícias no Rio da Prata e no Paraguai colonial, Montoya buscou os mais distintos argumentos e contestações dando notoriedade documental à milícia Guarani. De fato, como argumentado acima, as milícias se tornaram instâncias de defesas atuantes e participativas na esfera colonial.

[...] quedaría probado que la organización de las milicias en los pueblos misioneros guaraníes estaba justificada y que los jesuítas obtuvieron no sólo la autorización para la compra de armas de fuego, sino también el estímulo para usarlas dado por

el rey Felipe IV y por el General de la Compañía de Jesús, P. Vitelleschi. (PALACIOS e ZOFFOLI, 1991, p. 219).

La provisión aprobatoria del Marqués de Mancera. En ella se daba finalmente autorización para armar a los indios guaraníes y se dictaban normas a los gobernadores de Paraguay y Río de la Plata para el suministro de pólvora y municiones. Desde Lima se enviarían setentaicinco bocas de fuego: setenta y tres arcabuces y dos mosquetes y sus correspondientes botijas, frascos y frasquillos de pólvora, y otro tanto desde La Plata, más setenta quintales de plomo, todo a costa de la Real Hacienda. Los Oficiales Reales serían los responsables de entregar las armas a los jesuitas de las reducciones. (ARRÓSPIDE, 1997, p. 322).

Todas as instâncias de defesa dos limites territoriais espanhóis de fato foram buscadas diante das investidas Bandeirantes portuguesas. Como colocado no desenvolvimento do primeiro capítulo a distância dos núcleos de povoamento que compunham soldados armados para a defesa dos limites territoriais espanhóis não possuíam um efetivo contingente, e a distancia desses núcleos dos limites espanhóis dificultavam a defesa permanente e eficaz das regiões fronteiriças. As milícias indígenas Guarani se tornaram efetivas já em 1639 e a necessidade de uma estrutura armada de defesa tanto dos limites fronteiriços espanhóis como da continuidade do projeto jesuítica na Bacia Platina ganhou um aliado efetivo no combate ao avanço Bandeirante às regiões de Rio da Prata na Mesopotâmia Argentina e ao Paraguai colonial.

En Caazapá Miní y poco después en Caazapá Guazu, una tropa de indios de las reducciones, armados por primera vez con siete armas de fuego, se enfrentó el 17 de enero de 1639 a una Bandeira paulista. El Gobernador del Paraguay, Pedro de Lugo y Navarra, al mando de sessenta espanoles y três mil guaraníes, que no entro en combate contemplaba asombrado el desarrollo de las acciones desde un altozano. (ARRÓSPIDE, 1997, p. 302).

A importância das armas de fogo e da aliança jesuítica Guarani se fez determinante nas primeiras batalhas traçadas pelas instâncias milicianas. Segundo P. Demenec *apud* Blanco (1989, p. 227) “Si hubiera más arcabuces y pólvora era lo fino; porque los indios bravamente se adiestran y animan y no tengo duda que si hubiera mucho desto los indios serían otros”.

Poucos anos antes da outorga final do Marquês de Mancera quanto à liberação de armas de fogo para as milícias guarani acontece umas das batalhas de maior êxito de atuação das milícias indígenas Guarani, a Batalha de M' Bororé²⁹:

Dos años después, entre el 11 y el 18 de marzo de 1641, en Mbororé, un ejército de neófitos, bajo el comando general del P. Romero y a las órdenes inmediatas del cacique don Ignacio Abiarú y del P. Romero y a las órdenes inmediatas del cacique don Ignacio Abiarú y del P. Mola, detuvo una gran Bandeira paulista de cuatrocientos cincuenta portugueses y dos mil tupís, que se acercaba

²⁹ M Bororé: batalha ocorrida em 11 de março de 1641 na Bacia Platina vencida por uma instância miliciana Guarani. Uma das batalhas de maior relevância histórica da participação indígena nos limites coloniais da América no séc. XVII.

confiadamente por el río. Sembró el desconcierto en la flota enemiga un cañonazo que les destrozó treinta canoas. Se habían engeniado los Hermanos jesuitas para fabricar pequeños cañones de vida efímera: troncos huecos asegurados con fajas de cuero. Cayeron los guaraníes sobre la flota y los que desembarcaban, haciéndolos huir desordenadamente.[...] fue grande la mortandad de paulistas e indios tupís.(ARRÓSPIDE, 1997, p. 303).

Cuando la Bandeira de Manuel Pires cruzó el río Uruguay en 1641 con 3 mil individuos, y se enfrentaron en la batalla de Mbororé, con los efectivos de las misiones del Paraná que tenían más de 200 arcabuces, una fuerza de 4 mil hombres armados, y cañones de tacuara, obtuvieron luego de 5 días de enfrentamientos una victoria contundente.(AVELLANEDA, 2000, p. 10).

A milícia Guarani antes de ser consumada pela cédula real espanhola como instância de defesa colonial atuou como projeto de defesa das Reduções Jesuíticas diante dos abusos e avanços portugueses. As primeiras conquistas milicianas são adquiridas em um contexto ainda de busca por aprovação. A partir da outorga final do vice-rei do Peru, as milícias assumem uma postura político administrativa diante dos anseios da Coroa espanhola.

A milícia Guarani então se torna uma instância permanente e eficaz em inúmeras invasões portuguesas em Rio da Prata e no Paraguai. Segundo Neumann (2000, p. 74) “A possibilidade de uma milícia permanente nas missões consolidou a aliança militar jesuítico guarani e determinou uma nova condição para as reduções, determinando transformações sobre as estruturas internas da sociedade missioneira”.

La situación fronteriza de las misiones había hecho de la actividad militar un aspecto constitutivo de la identidad guaraní. En un primer momento las milicias defendían a los pueblos de los ataques paulistas. Más tarde contribuían a la defensa de los territorios del monarca católico. (WILDE, 2009, p. 165).

É nesse contexto da atuação exitosa das batalhas de Caazapa Miní, Caazapa Guazu e Mbororé que a situação política e defensiva de Rio da Prata e Paraguai colonial muda significativamente. As entradas Bandeirantes paulistas diminuem radicalmente após as primeiras conquistas milicianas com a outorga e aprovação das milícias Guarani por parte da Coroa espanhola e do Vice rei Marquês de Mancera em 1643 e as patrulhas indígenas se tornaram recorrentes nos limites fronteiriços de Tordesilhas pertencentes a Coroa espanhola.

Los conflictos que dominaron la región fueron sedimentando en cada pueblo guaraní una historia ligada a sus hazañas militares, sus figuras de prestigio y sus servicios al monarca católico. Podría decirse que el aspecto militar, junto con el político administrativo y el religioso constituían los cimientos del régimen misional. (WILDE, 2009, p. 166).

Um dos fatores que implicaram significativamente para a diminuição das constantes investidas Bandeirantes paulistas, segundo Quarleri (2009, P. 91) “fue la preparación de las milicias guaraníes y la disposición de armas de fuego en las reducciones”.

2.2- As armas e as estratégias de defesa.

As milícias indígenas Guarani no Rio da Prata e no Paraguai conseguiram aos poucos se firmar como uma estrutura de defesa permanente dentro da esfera colonial. As conquistas e êxitos evidenciados durante a atuação das milícias prevaleceram imponentes por décadas e seus trabalhos como estrutura de defesa foram almeçados em várias instâncias do sistema colonial espanhol da Bacia Platina.

Evidenciamos no decorrer de toda a análise documental explorada até este ponto da pesquisa que as milícias Guarani foram assimiladas principalmente pelos colonizadores espanhóis e as instâncias administrativas da Coroa espanhola, como uma estrutura de defesa territorial dos limites castelhanos diante das invasões Bandeirantes, a proposta ambivalente de Montoya de consolidar a perspectiva de manutenção e defesa do projeto jesuítico na Bacia Platina com as pretensões de defesa dos limites fronteiriços da Coroa espanhola acabou por consolidar uma visão unilateral dos desdobramentos aos quais as milícias foram responsáveis com o decorrer de sua atuação em Rio da Prata:

Un dato muy significativo es que los Reyes, Virreyes y gobernadores cuando se refieren al uso de armas de fuego por los indios guaraníes y a sus exitosas campañas militares de ayuda a la Corona y a España, lo hacen siempre mencionando más la defensa del territorio español que la defensa de los propios indios y sus pueblos misioneros. (PALACIOS e ZOFFOLI, 1991, p. 217).

Essa perspectiva unilateral que se aplicou à atuação miliciana e se fez preponderante em muitas cartas e manuscritos do séc. XVII. Os êxitos das campanhas e batalhas em que as milícias Guarani se sobressaíram eram evidenciados nas descrições e documentos coloniais como imprescindíveis à manutenção da estrutura colonizadora espanhola no contexto em que se inseriam.

Cabe-nos propor uma relevância histórica quanto à forma como as milícias Guarani se fizeram atuantes no Rio da Prata, um aspecto importante da atuação e desenvolvimento dessas instâncias foi à maneira como os guaranis articularam as suas táticas de guerrilha e posteriormente a utilização das armas de fogo a eles incumbidas, segundo Avellaneda (2009, p.9) “el compromiso asumido con los guaraníes iba mas allá de proveerles armas de fuego y brindarles entrenamiento militar, incluía el empuñar armas de fuego para combatir y negociar con los enemigos”.

As táticas de atuação em batalhas com moldes europeus transmitidos pelos jesuítas aos indígenas guarani para serem utilizadas diante das invasões Bandeirantes e atuações de defesa militar solicitadas pela Coroa espanhola para as governações de Rio da Prata e Paraguai colonial foram assimiladas rapidamente.

De acordo com Haubert (1990, p.16) “os índios constataram que os missionários eram seus mais enérgicos defensores. Os padres providenciaram armas, formaram milícias, fabricaram *tacuaras*, canhões primitivos feitos de troncos de árvores reforçados com couro e ainda recorreram a veteranos dos exércitos europeus para reforço”.

O armamento ao quais os indígenas Guaranis tinham acesso durante suas investidas como instância miliciana de defesa era composto em sua grande maioria por espadas, arcabuzes feitos com trocos e tacuaras (uma espécie de gramínea muito comum na região platina) envolta em couro animal, arcos, flechas, lanças. Quarleri (2009, p. 89) complementa ainda que havia “canoas levianas, alfanjes y rodela, piedras y machetes” já as armas de cunho europeu ficavam sob a tutela jesuítica. Segundo Palacios e Zoffoli, (1991, p. 217) “Las armas, la pólvora, el azufre y el plomo estaban guardadas en un depósito especial y a cargo exclusivo de los misioneros jesuitas; eran utilizadas en la instrucción o ejercicios de manejo y tiro, en los desfiles y naturalmente, en las acciones de guerra”.

A articulação e estrutura das milícias indígenas Guarani também eram cuidadosamente manejadas. As funções de coronéis, capitães e oficiais na articulação de uma milícia era frequentemente observada pelos jesuítas. Os treinamentos militares de combate com os indígenas ocorriam frequentemente:

[...] cuidaba de que hubiera el suficiente número de coroneles, capitanes y demás oficiales. La infantería consistía en piqueros (con lanza) mosqueteros (con mosquete o fusil antiguo parecido al arcabuz) flecheros, lanceiros y outra arma útil que consistía en una cuerda con dos piedras redondas en ambos extremos (Boleadoras); y fabricaría en breve, largas lanzas de hierro y sables curvos. (SEPP³⁰, 1973, p. 267-268).

Palacios e Zoffoli buscaram um relativo aprofundamento documental e histórico quanto à estrutura de atuação militar desenvolvida no interior das milícias indígenas Guarani durante o combate:

³⁰ Missionário Jesuíta, dedicado à vida apostólica nas instâncias do Praguai, fixou-se principalmente na redução de Yapeyú, no ano de 1697, transferiu-se para a redução de São João Batista, escreveu várias cartas e relatos referentes a atuação das milícias Guarani. In: SCHALLENBERGER, Erneldo. Ed. Toledo, 1ª ed. 1997.

Para evitar ataques por sorpresa, los pueblos tenían organizados, dos niveles de puestos centinelas, unos situados a una distancia considerable, que coincidían algunas veces con las estancias ganaderas de su propiedad, y otros para la vigilancia de cada pueblo y que funcionaban día y noche. No existía el puesto, cargo o profesión de soldados porque no siempre estaban en guerra, ellos eran carpinteros, agricultores, albañiles ..., en los pueblos misioneros en tiempo de paz. (PALACIOS e ZOFFOLI, 1991, p. 221).

Os ofícios concebidos pelos missionários inicianos contribuía para que a estrutura das milícias indígenas ganhassem adestramento militar significativo:

Los misioneros, especialistas en diferentes artes y oficios, adiestraron personalmente a los guaraníes en el uso de las armas de fuego y en su fabricación, enseñaron técnicas defensivas u ofensivas de origen europeo e implementaron un ritual cotidiano de ejercicios militares para fortalecer la disciplina y reforzar la predisposición bélica de los guerreiros guaraníes (QUARLERÍ, 2009, p. 55).

A organização e formação das milícias Guarani foi uma decisão forçada e inevitável por parte dos jesuítas, para se defender dos intensos ataques, investidas e destruições causadas pelos portugueses de São Paulo e simultaneamente barrar os avanços portugueses nas fronteiras entre as coroas na Bacia do Rio da Prata.

Con la creación de las milicias guaraníes, la actividad militar se institucionalizó en el espacio misional a través de la dirección y la formación dictadas por los jesuítas. Esto implicó un adiestramiento de base europea que se alimentó de la tradición y habilidad guerrera de los guaraníes”. (QUARLERÍ, 2009, p. 90).

As milícias indígenas Guarani ao mesmo tempo em que resguardaram as Reduções Jesuíticas contra os ataques e incursões Bandeirantes conformaram uma barreira contra o expansionismo luso. Com os êxitos das milícias de forma imediata, os Governadores do Paraguai e Rio da Prata vieram a solicitar a atuação das mesmas em campanhas armadas contra grupos indígenas hostis:

las milicias guaraníes adquirieron un nuevo estatus, gracias a las negociaciones alcanzadas por Ruiz de Montoya [...] A partir de entonces se convirtieron en un ejército al servicio de la Corona y los guaraníes debían asegurar la defensa de un vasto territorio. que abarcaba la gobernación del Paraguay y del Río de la Plata. Repartidas entre las diferentes reducciones se convirtieron en la fuerza militar mas importante al servicio de la Corona en defensa de las ciudades de Buenos Aires, Santa Fe, Corrientes y Asunción. Fueron requeridos por la gobernación de Buenos Aires para realizar entradas entre los indios infieles, reprimir los ataques efectuado contra las haciendas de Corrientes y Santa Fe y Concepción. (AVELLANEDA, 1999, p. 19).

A atuação exitosa e a pertinência das milícias Guarani contribuía para que se constituísse uma estrutura definitivamente necessária ao projeto colonizador espanhol na Bacia Platina. Avellaneda (1999, p. 20) argumenta que: “Las milicias se convirtieron de ese modo en las

guardianas de la frontera española y las reducciones permitieron legitimar a la Corona española, la ocupación de un vasto espacio territorial”.

Con el tiempo, la Corona adoptó una actitud ambigua dado los desempeños de las milicias en la defensa de las fronteras. Así mientras en un principio solo se sostuvo la idea de proporcionar armas de fuego a las misiones cuando se requiriese el servicio de los guaraníes en campañas defensivas y se prohibió la fabricación de armas, municiones y pólvora en las misiones, el carácter intempestivo y sorpresivo de los ataques al territorio de la Corona española aceptó tacitamente que las misiones se mantuviesen armadas de forma permanente y que se auto abastecieran al respecto (QUARLERÍ, 2009, p. 57).

A estrutura miliciana composta pela aliança Jesuítica-Guarani de fato assumiu um papel preponderante na colonização espanhola da Bacia platina. As primeiras instâncias de defesa das milícias não se comparavam à estrutura de defesa atuante que se assumiu em meados de 1648:

Por lo expuesto las milicias guaraníes intervinieron en todos los conflictos internos de las provincias y también contra los enemigos externos de la Corona. Conformaron fortalezas y avanzadas de ocupación del territorio al servicio de la Corona con lo cual mantuvieron el control sobre un importante espacio territorial sin protección de las milicias de las ciudades. De ese modo vinieron a suplir la falta de una fuerza militar suficiente para defender un territorio cuyos límites geopolíticos eran inciertos y factibles de ser ocupados. (AVELLANEDA, 1999, p. 21).

A crescente estrutura de defesa moldada pelas milícias articulou um modelo de salvaguarda de limites meridionais da Coroa e da defesa interna das Reduções de forma efetiva e eficiente, o modelo se instituiu tão bem na estrutura colonial que as intenções políticas das governações se voltaram para a atuação miliciana, tanto os anseios da coroa como das governações foram fatores determinantes para a manutenção das milícias Guarani.

3. ENTRE RELATOS E MANUSCRITOS: O GUARANI NO CAMPO DE ATUAÇÃO HISTÓRICO

3.1- O papel das milícias indígenas na organização militar colonial.

As milícias Guarani a partir de meados de 1647, assumiram posturas eficientes no contexto político-administrativo colonial do Paraguai e Rio da Prata. As pretensões iniciais de defesa dos limites castelhanos instituída por Ruiz de Montoya e promulgadas posteriormente pela Coroa se expandiram para a esfera das *governaciones* platinas. A necessidade de defesa armada das vilas espanholas associada à credibilidade que as milícias Guarani conquistaram em seus campos de atuação geraram uma busca crescente pela participação das milícias nos anseios das *governaciones* principalmente nas regiões do Paraguai.

É certo que as investidas lusitanas empreendidas pelas Bandeiras paulistas não cessaram totalmente com o decorrer da expansão e atuação miliciana Guarani. O que acabou sendo gerado foi uma mudança de foco temporária da busca de mão de obra indígena: das instâncias de Rio da Prata e do Paraguai na Bacia Platina para as regiões mais ao norte da América portuguesa. Houve bloqueios sulinos castelhanos, com a atuação da defesa miliciana.

As milícias Guarani moldaram um muro eficiente contra o expansionismo insistente das Bandeiras. Podemos afirmar que as primeiras estruturas que haviam sido instituídas inicialmente pela Coroa espanhola para a defesa das vilas castelhanas foram ineficazes, principalmente porque se concentraram em regiões distantes dos limites fronteiriços, além de possuírem um baixo contingente militar. As sedes administrativas de Assunção e Buenos Aires eram as únicas que podiam contar facilmente com a atuação dessas frágeis estruturas de defesa espanhola. O surgimento das milícias acabou criando certa proteção aproveitada com o passar do tempo tanto pelas Reduções Jesuíticas que haviam se trasladado para a Mesopotâmia Argentina quanto pelas *governaciones* do Rio da Prata e do Paraguai. Caletti (2015, p. 56) argumenta que “Al erigirse como un cordón territorial, las misiones constituyeron un pilar de un sistema defensivo relativamente sólido y poco costoso que lograba frenar el expansionismo lusitano”.

Quase que de forma imediata logo após as primeiras conquistas em Cazaapá Guazu (1639) e M'bororé (1641), as milícias Guarani começaram a ser requisitadas insistentemente pela esfera política administrativa Platina, as *governaciones* do Paraguai e Rio da Prata demandavam de forma

constante a Coroa à necessidade de concessão e atuação dessas estruturas em favor das pretensões administrativas, argumento que foi acatado rapidamente por parte da Corte em Madrid.

A consolidação oficial que deu aval para a atuação das milícias Guarani propiciou a ascensão das instituições milicianas. Segundo Avellaneda, (2009, p. 2) “Una vez constituidas las milicias serían convocadas por los gobernadores de Buenos Aires y Paraguay, con diferente respuesta por parte de los jesuitas, para auxiliar en la defensa del territorio en sus diferentes frentes”.

Uma das principais atribuições paralelas à defesa dos limites do domínio espanhol foi auxiliar em campanhas contra grupos indígenas indômitos que se rebelavam contra o sistema colonizador, principalmente nas regiões que compreendiam o Chaco paraguaio e as Bandas orientais do Uruguai, além de trabalhos comunitários nas vilas espanholas da Bacia Platina.

No Paraguai as milícias jesuíticas interviram numerosas vezes para apaziguar os levantes de indígenas em defesa da cidade de Assunção. De acordo com Avellaneda (2009, p. 9) “Prácticamente todos los gobernadores a partir de 1644, requirieron de las milicias para defender la ciudad de los indios infieles”.

Lógicamente las autoridades españolas ante cualquier peligro de tribus indígenas hostiles y de los portugueses, tenían que recurrir pidiendo ayuda a los pueblos misioneros de los jesuitas, ayuda que siempre obtuvieron, puesto que estaba previsto y ordenado en las instrucciones del Rey a los Gobernadores. (PALACIOS e ZOFFOLI, 1991, p. 224).

Uma questão importante é que as milícias Guarani acabaram se inserindo aos poucos em uma densa rede colonial. Imersos na lógica do sistema espanhol, em aliança com a evangelização jesuítica, os indígenas Guarani assumiram uma postura participativa durante todo o desenvolvimento das milícias. Devemos frisar que a estrutura colonial existente no contexto da Bacia Platina neste período não deixava muitas opções aos indígenas. Submetidos à tutela jesuítica, as milícias com o passar dos anos acabaram se tornando submissas à Coroa espanhola, o que acabou consolidando a colonização de vilas espanholas na região Platina e de novos núcleos missioneiros, principalmente em Rio da Prata.

Por outro lado, devemos salientar que as milícias para os jesuítas foram assumidas como uma estrutura necessária e cumpriram de forma eficaz suas pretensões de defesa bélica, ao barrarem de forma contundente as investidas Bandeirantes portuguesas. As milícias assumiram ainda um papel na estruturação das Reduções, garantindo a continuidade do projeto missioneiro de evangelização de um contingente indígena nas Reduções Jesuíticas de Rio da Prata, cumprindo assim a exigência de cristianização imposta pelas *gubernaciones* aos missionários o que Ao mesmo tempo mantinha vivo o projeto inaciano.

As milícias se constituíram de fato em guarnições úteis para preservar minimamente os limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas. As armas deram credibilidade à atuação guerreira Guarani e as décadas subsequentes à formação das milícias foram de certa forma prósperas tanto do ponto de vista colonizador como evangelizador.

la sociedad guaraní se estructuraba de acuerdo a una organización social para la guerra en defensa de su propio territorio, cuyos líderes poseían un poder indiscutible al poder garantizar con una fuerza importante de seguidores, el éxito en la lucha defensiva. Al interior de sus territorios la reciprocidad positiva permitía establecer entre las personas una serie de deberes y de obligaciones mutuas, que aseguraban la reproducción de grupo y la convivencia pacífica intratribal. (AVELLANEDA 2009, p. 86).

Os sucessos obtidos com as milícias indígenas Guarani principalmente após as sansões do Rei Felipe IV e do vice-rei Marquês de Mancera, representaram as melhores provas da eficácia da estrutura miliciana por tanto anos almejada por Ruiz de Montoya. O que podemos observar diante dos positivos resultados obtidos por essa instância, foi a combinação de interesses entre a Coroa espanhola e os jesuítas.

A defesa assumida pelas milícias gerou de certa forma dois modos distintos de colonialismo na região Platina. Um deles se centra na dependência que se adquiriu por parte das gobernaciones do Rio da Prata e do Paraguai, quanto à necessidade de atuação das milícias a seu favor. A outra, na aliança colonial que se instituiu entre jesuítas, caciques indígenas e governadores. Essa aliança direcionou perspectivas que geraram uma expansão considerável da colonização espanhola na região Platina.

Em especial na *gubernacion* do Rio da Prata a estrutura de defesa se alterou consideravelmente depois das atuações milicianas Guarani:

la vulnerable fuerza militar de los vecinos y encomenderos hispano-criollos, en quienes en una primera instancia recayó la defensa de la tierra conquistada y la expansión hacia territorios aún no dominados en virtud del pacto de vasallaje con la corona y las obligaciones y derechos derivados del mismo. Este esquema, fue alterado a partir de la creación de las milicias guaraníes y el reconocimiento real de su importancia geopolítica. (AVELLANEDA, 2009 p. 6).

No que diz respeito à força guerreira as milícias se constituíram em uma estrutura indígena armada de grandes dimensões, na maioria dos documentos se encontram números que variam de 3000 a 7000 indígenas atuantes em uma só guarnição. Esses indígenas eram capazes de se mobilizar e dirigir-se a pontos distantes de toda a região platina. O treinamento eficiente e a atuação com armas tornou a milícia Guarani uma estrutura preparada para os mais distintos e possíveis enfrenta-

mentos. De acordo com Caletti (2015, p. 51) “Es posible pensar que las milicias guaraníes gozaron de una mayor magnitud y organización así como un mayor grado de autonomía relativa”.

É inegável que a aliança instituída por jesuítas e Guaranis gerou uma condição geopolítica de defesa pertinente para a região platina, Em termos gerais, se os avanços lusitanos após 1640 não tivessem sido compelidos pelas primeiras milícias, à região platina teria se tornado um palco de disputa ou ocupação portuguesa.

3.2- A importância das milícias no processo de ascensão das Missões Jesuíticas.

As milícias Guarani nas décadas subsequentes a sua implantação no Rio da Prata se tornaram conhecidas nas *gobernaciones* platinas como “milícias do rei”. Era a única estrutura efetiva e atuante que podia contrapor-se de forma eficaz à provável investida de guerra lusitana, sem gerar grandes custos administrativos e financeiros à Corte espanhola.

Desde a sua organização inicial contra as incursões Bandeirantes e após as conquistas de maior peso que as milícias obtiveram após 1647, a concepção ideológica de formação de um exército Guarani começou a ganhar força dentro da esfera jesuítica administrativa das Reduções. Ruiz de Montoya não chegou a observar esse processo, pois já não estava presente. Devemos salientar que a estrutura assumida posteriormente como “exército Guarani” se desenvolveu de forma tardia em meados do século XVIII. Suas bases estão totalmente ligadas à estrutura inicial adquirida pelas milícias. O que se alterou foram os campos de atuação, com a fundação de novas missões mais à oriente do rio Uruguai e a necessidade político-administrativa.

A milícia Guarani deve ser percebida como um importante dispositivo de ascensão e manutenção do projeto evangelizador jesuítico tanto no Paraguai como no Rio da Prata. É possível afirmar, analisando os documentos de Ruiz de Montoya, que sem essa estrutura bélica de atuação as investidas Bandeirantes não haveriam cessado por quase um século e o projeto missionário inaciano teria sido comprometido, assim como ocorreu na região do Guairá.

Nos intermináveis enfrentamentos após a formação das milícias Guarani, os indígenas se viram envolvidos em árduos combates principalmente pelas solicitações dos governadores do Rio da Prata. Houve um desgaste da estrutura miliciano nas batalhas contra indígenas hostis e vez por outra contra Bandeirantes e mamelucos nos limites fronteiriços da Coroa. De acordo com Wilde (2009, p. 168) “ los servicios militares a la corona eran registrados en los archivos de los pueblos como evidencia de la lealtad de los guaraníes al rey”.

Vale destacar que os jesuítas, em distintos relatórios e cartas emitidas à Corte, sempre faziam menção dos danos que as invasões bandeirantes teriam causado aos aldeamentos, e que ainda se atreviam a adentrar os limites platinos. O primeiro argumento consistia na defesa jurídica das milícias embasada em um direito natural e também se colocava a questão de alertar sobre possíveis invasões portuguesas as cidades do Prata e Paraguai. O que gerava uma certa concordância por parte da Corte de Madrid em municiar os índios Guarani.

Os jesuítas ainda conseguiam articular a manutenção da estrutura missioneira:

lograron, por medio de sus procuradores, gestionar privilegios excepcionales para los guaraníes como el uso de armas de fuego, la puesta en cabeza de su majestad para librarlos de la mita y de la encomienda y la rebaja del tributo a cambio de la defensa territorial También se preocuparon por gestionar y obtener el permiso de entrada de numerosos religiosos jesuitas para residir en las ciudades y en las misiones. (AVELLANEDA, 2009, p. 16).

Em meados de 1649, um pequeno status inicial já havia sido alcançado pelas milícias Guarani. E a consolidação de uma aliança com as *governaciones* platinas e a Coroa. Após 1650 a instituição miliciana se converteu numa forma definitiva de apoio à frente de colonização castelhana em contraposição à expansão lusitana.

As milícias também assumiram um papel no contexto de escassez de mão de obra para as vilas espanholas. Segundo Avellaneda (2009, p.14): “En un contexto regional, realizan diversas obras muy importantes para la defensa de las ciudades sin costo alguno. Por todo ello se convierten en una fuerza aliada de las autoridades coloniales para llevar a cabo sus estrategias de defensa geopolítica”.

As milícias após se consolidarem como estruturas definitivamente essenciais interviram em quase todos os conflitos internos das províncias espanholas do Rio da Prata e do Paraguai. Conseguiram de fato manter o controle sobre um importante espaço territorial que era vago de proteção bélica eficiente.

Uma estratégia eficiente que recaiu sobre as milícias foi sua conversão de forças dirigidas ao serviço do rei. A Coroa desta forma buscou concentrar juntamente com as pretensões jesuíticas, as reduções nas regiões do Rio da Prata e posteriormente em regiões próximas ao Rio Uruguai.

los éxitos alcanzados en la lucha contra los diferentes enemigos les permitieron mantener los privilegios especiales para portar armas de fuego, sustraerlos a la encomienda, a la mita, y reducir el tributo adeudado. Gracias a ello, los jesuitas lograron un gran poder de negociación en el Consejo de Indias a su favor y también el apoyo de las autoridades coloniales. (AVELLANEDA, 2009, p. 27).

O processo de atuação das milícias Guarani não se desenvolveram de forma linear, se os resultados bélicos obtidos pelas milícias foram efetivos em todos as campos da sua atuação, o que devemos ressaltar é que as alianças político-econômicas que beneficiavam as estruturas reducionistas

também devem ser levadas em conta. As milícias se tornaram um meio de inter-relações entre jesuítas e gobernaciones platinas. Segundo Wilde (2009, p. 174.) “En el medio local se desplegaron alianzas político-económicas independientes de los intereses reales” que beneficiariam as estruturas permanentes da América espanhola na bacia platina e que eram assumidas pelas vilas espanholas e reduções Jesuíticas”.

Não podemos deixar de mencionar que as milícias de forma contundente implicaram a ascensão do projeto de evangelização jesuítico. A defesa instituída pelas milícias e a positiva visibilidade que se instaurou devido a sua atuação permitiu às Reduções Jesuíticas ascenderem por mais de um século. Sem uma estrutura de defesa eficiente é muito provável que as pretensões evangelizadoras dos jesuítas teriam sido barradas e desestruturadas, assim como foram na região do Guairá.

CONCLUSÃO

Em geral as milícias Guarani, desde as suas primeiras atuações como estrutura de defesa, acabaram se tornando alvo de grandes discórdias. Os colonizadores espanhóis, dependentes do indígena *encomendado* para emprego em suas terras, em sua grande maioria nunca foram a favor da implantação das milícias. Já no que concerne as Gobernaciones Platinas, podemos identificar pequenas divergências, pois os pactos ou alianças firmados principalmente entre jesuítas e governadores espanhóis é que contribuíram para a concessão da outorga em favor da aprovação das milícias.

As instituições milicianas Guarani se tornaram aos poucos uma resposta efetiva e eficiente para a estrutura colonial espanhola e acabaram se adaptando a uma situação onde as defesas castelhanas não se faziam atuantes e eficientes nos limites do vice-reino espanhol.

A eficácia da atuação das milícias em especial na região rio-platense foi resultado da instrução bélica dos jesuítas aos indígenas Guarani, a aliança entre os mesmos forjou uma identidade histórica onde a capacidade guerreira indígena Guarani foi determinante em um processo histórico.

Do ponto de vista de organização interna, as milícias não foram impostas de forma coercitiva aos indígenas Guarani. Os jesuítas desempenharam um papel de comando e não de dominação da estrutura milicianas. O que existiu no interior desta estrutura foi uma atmosfera de consenso de legitimidade política e não de coerção. O modelo de atuação e desenvolvimento das milícias contava com uma estrutura interna onde os caciques indígenas assumiam uma postura de liderança.

Definitivamente não é possível enumerar e nem mesmo conhecer todos os motivos que levaram os indígenas Guarani a se aliarem aos missionários, alguns argumentos como o desejo de aproveitar por algum tempo os benefícios em que os jesuítas baseavam suas prédicas, e o medo das violentas incursões lusitanas as aldeias indígenas, são fatores a serem considerados, (HAUBERT, 1990, p. 62).

A aliança Jesuítica Guarani foi um dos fatores que tornou as milícias instituições prósperas no seu campo de atuação. Sem uma situação de consenso entre indígenas e jesuítas as milícias Guarani não teriam se tornado estruturas tão fortes com o decorrer do tempo.

Já os jesuítas desempenharam um papel ambíguo com o passar da implantação e atuação das milícias. Dificilmente conseguiríamos separar totalmente o papel político do religioso, o próprio

Ruiz de Montoya, quando enfatizava a necessidade de instauração das milícias diante da Coroa, em muitos momentos deixava a sua postura espiritual ser confundida com suas intenções temporais.

As milícias Guarani com o passar do tempo acabaram gerando uma situação de dependência sociopolítica no sistema colonial espanhol da Bacia Platina. A prestação de serviços militares, o pagamento de tributos e a concessão de autoridade aos indígenas e missionários foram resultados do envolvimento das milícias na estrutura colonial.

Contudo as milícias nunca alcançaram uma soberania absoluta, pois sempre estiveram a mercê das decisões da Coroa e das *governaciones* do Paraguai e Rio da Prata. Elas tampouco assumiram um domínio territorial efetivo na Bacia Platina. O que as milícias conseguiram desenvolver foi uma eficiente defesa da fronteira a leste face as frequentes investidas portuguesas.

Vale destacar que pouco a pouco a disposição de armas de fogo nas Missões Jesuíticas acabou gerando muito receio por parte dos colonizadores espanhóis. O temor de um levante armado contra eles acabou se tornando motivo de fortes questionamentos posteriores enviados a Corte. Mas as queixas foram sufocadas pelo contexto histórico das guerras europeias em que se encontrava a Coroa espanhola. A formação de uma milícia de defesa armada que não gerasse grandes custos a Corte era tida como atrativa e benéfica ao sistema colonial espanhol na região Platina.

As milícias Guarani ascenderam em um momento histórico particular da colonização rio-platense. Os jesuítas, como Ruiz de Montoya, buscaram sempre um consenso de equilíbrio entre as pretensões da Coroa de colonização da Bacia Platina e seus objetivos de evangelização e ação missionária. As milícias se adaptaram positivamente a toda essa estrutura. Talvez este seja um dos motivos principais para a manutenção do projeto missionário na Bacia Platina por mais de um século.

Nossa análise abrange somente uma pequena parcela do que foi a formação e atuação inicial das milícias indígenas Guarani nos relatos de Ruiz de Montoya. Alguns questionamentos como a estrutura e delimitação interna das milícias e a concessão de privilégios e honrarias a caciques e indígenas atuantes no sistema miliciano entre outros, devem ser pesquisados em futuras abordagens. A debilitação e posterior morte de Antonio Ruiz de Montoya em 1652 cessou a produção incansável de documentos que contribuíram e contribuem para a ressignificação da história indígena Guarani da região Platina, o que não impede de buscarmos novos recursos e abordagens de pesquisa referentes a uma temática tão ampla e importante como a história colonial indígena Guarani.

Em seu leito de morte, o ultimo pedido de Ruiz de Montoya à Corte espanhola segundo Castillo (1960, p. 117) foi descrito pela seguinte frase “No permita V.R. que mis huesos queden entre españoles, aunque muera entre ellos; procure que vayan a donde están los indios, mis queridos hijos, que allí donde trabajan y se molieran, han de descansar”.

Ruiz de Montoya conseguiu estruturar de forma estratégica as suas intenções de formação e institucionalização armada das milícias Guarani em um modelo estritamente europeu de atuação

bélica. Suas cartas e manuscritos nos auxiliam na concepção de perspectivas históricas particulares do que foi uma parcela da atuação indígena Guarani no processo de formação da colonização espanhola da região Platina. Sabemos que o contexto ao qual adentramos neste trabalho é complexo e de escasso apoio documental. De toda forma, devemos acentuar que as milícias Guarani se tornaram estruturas determinantes no contexto de enclaves e disputas territoriais entre Portugal e Espanha. O indígena Guarani assumiu um papel essencial e determinante em uma estrutura definitivamente colonial enraizada em modelos de subjugação e exploração de comunidades indígenas presente na América colonial.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS

Díspónível em:

BER: Biblioteca Dr. Emilio Ravignani, Universidade de Buenos Aires (UBA) Instituto de Historia Argentina y America “Dr. Emilio Ravignani”.

BNRJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 1: Jesuitas e bandeirantes no Guairá.

BNRJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis vol. 3: Jesuítas e bandeirantes no Tape.

AGI : *Arquivo General de Indias.*

FONTES PRIMÁRIAS

BNRJ.

MONTOYA, A.R. *Carta anua del Guairá. Tambo de Kuarasyverá*, 1628.

MONTOYA, A.R. *Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Provincias Reducciones de Indios en las hostilidades que padece de los Portugueses*. 1628.

MONTOYA, A.R. *Autos sobre el Retiro de las Reducciones del Guayra y requerimientos hechos*, 1631

MONTOYA, A.R. *Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Provincias Reducciones de Indios en las hostilidades que padece de los Portugueses*. 1631.

MONTOYA, A.R. *Antonio Ruiz de Montoya, José Cataldini y Simão Maceta Información hecha por los padres sobre si los indios del Iabebiri tenían armas de fuego*. 1632.

MONTOYA, A.R. *Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, relatando los agravios de los indios infieles y de los vecinos de San Pablo*. 1640.

MONTOYA, A.R. *Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Prov."s y Reducciones de Indios en las hostilidades que padece de los Portugueses*.1637

BNRJ.

MONTOYA, A.R. *Carta del Padre Antonio Ruiz de Montoya em la Decimo segunda carta anua del Padre Provincial Nicolas Mastrilli em la que se relaciona lo acaecido em la Provincia em los años 1626-1627*.

AGL.

Documento Arquivo Geral das Índias, N° 74-3-31.

Revista da Biblioteca pública de Buenos Aires, III, Buenos Aires 1881, 215-252.

Documento Arquivo Geral das Índias, N° 76-3-8.

Cópia no Arquivo Geral da Nação Argentina, Buenos Aires, Arquivo, Companhia de Jesus, Reais Identificações, N° 12.

BER: Biblioteca Dr. Emílio Ravignani. Instituto de Historia Argentina y America.

IGLESIA : *Cartas Annuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús*, 1615-1637, Vol. 20, inventario : 392732.

MONTOYA, A.R. *Transferencia de Las Reducciones de San Loreto y San Ignacio*. 1628 (Carta de Ruiz de Montoya a Francisco Vasquez Trujillo).

MONTOYA, A.R. *La Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. 1639. Bilbao: Imprenta del Corazon de Jesús, 1892.

SEPP, Antonio, S.I., *Continuación de las labores apostólicas*, Buenos Aires, Ed. Universitaria de Buenos Aires, 1973.

BIBLIOGRAFIA CRÍTICA.

Livros:

AGUILAR, J.C. *Conquista Espiritual: A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya*, S.I. (1585-1652). Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.

ARRÓSPIDE, JOSÉ L.R. *Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones del Paraguay*, Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, Asunción, 1997.

ARRÓSPIDE, JOSÉ L.R. *Las sociedades tribales*. Nueva Colección Labor. Editorial Labor S.A., Barcelona. 1972.

ARTIGAS, M, Isabel. *Antonio Ruiz de Montoya Testemunha de seu tempo*, dissertação Mestrado, Universidade do Vale do Rio Sinos, 2001.

AVELLANEDA, M. *Fundación de las primeras reducciones en el Guayrá, Paraná, Uruguay y en el Tape. Avances y retrocesos de la alianza jesuita guaraní a principios del siglo XVII*, 1999.

AVELLANEDA, Mercedes. *El ejercito guaraní en las reducciones jesuitas del Paraguay*. *História Unisinos*, v. 9, n. 1, 2009.

BARCELOS. Artur H.F. *Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII*. *Revista Complutense de Historia de América*, vol.26, 93-116, 2000.

BLANCO, Román. E TORMO, Sanz, *Montoya y su lucha por la libertad de los indios. Batalla de Mbororé*. Enveloart Editora e Gráfica Ltda, São Paulo, 1989.

BRUXEL, Arnaldo. *Os Trinta Povos Guaranis*. 2. Ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.

BRUXEL, Arnaldo. *O Sistema de propriedade das Reduções Guaraníticas*. Pesquisas, Porto Alegre, Instituto Anchietao, 1959.

BOGONI, Saul. *O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuítica e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá*, 2007.

CALETTI, B. G, *Milicias y Guaraníes en Yapeyú. La defensa de la “ Frontera del Uruguay” en los arboles del Siglo XIX*, Ed. Pro História, Universidad de Buenos Aires, 2015.

CARVALLO, Casiano Néstor. *Síntesis de historia de la Provincia de Misiones: contribución de los jesuitas a la formación histórica de Misiones*. Posadas: Ediciones Montoya, 1980.

CASTILLO. S.I. Francisco, *Autobiografía en Un místico del siglo XVII*. Ed. Ugarte, Lima, 1960.

CORTESÃO, J. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*. Manuscrito da Coleção de Angelis (Introdução, notas e glossário de Jaime Cortesão). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951.

- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/ Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- CUNHA, Manuela. Carneiro. *Índios no Brasil: História, Direito e Cidadania*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.
- FURLONG, G.C. *Antonio Ruiz de Montoya y su carta a Comental*. Buenos Aires: Ediciones Theoria, 1964.
- HAUBERT, Maxime. *Índios e Jesuítas no tempo das Missões*. Ed. Companhia de Letras, 1990.
- HERNANDEZ, P. *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus*. Barcelona, Gustavo Gili Editor, 1913.
- HOLANDA. Sergio B, *A visão do Paraíso*, Ed Brasiliense, São Paulo, 1996.
- KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- LAROUSSE, Els. *Grande Enciclopédia Delta*. Rio: Ed. Delta S.A., 1978.
- MACHADO. N.T.G. *A Redução de Nossa Senhora de Caaçapa mini, (1627-1636): O impacto da missão sobre a população indígena*. Ijuí, ed. Inijuí, 1999.
- MAEDER, Ernesto, J. *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, 1637-1639*. Buenos Aires: FE-CIC, 1984.
- MAEDER. Ernesto J, A. GUITÉRREZ. Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de Guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Ed. Junta de Andalucía. 2010.
- MATIENZO. Javier. C. *La encomenda y las Reducciones jesuíticas de América Meridional, Temas Americanistas, vol. 21, 2008*.
- MELIÀ, Bartomeu. *O GUARANI. Uma Bibliografia etnológica*. Ed.Fudames. Centro de Cultura Missioneira, Santo Angelo, 1987.
- MONTEIRO, John, M. *Negros da Terra, índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, São Paulo, Ed. Companhia de Letras, 6ª ed. 2013.
- MONTEIRO, John, M. *Os Guarani e a história do Brasil meridional. Séculos XVI e XVII*. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, p. 475-498, 1992.
- MONTEIRO, John, M. *De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 30, p. 151-174. 1988.
- MONTOYA, A.R. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Bilbao: Imprenta del Corazon de Jesús, 1892.

- MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los Jesuitas en el Río de la Plata*. Ed. Paidós, Buenos Aires. 1968.
- NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640-1750*. 1ª ed. Porto Alegre, Ed. Martins Livreiro, 1996.
- OLIVEIRA, M.O de. *Identidade e Interculturalidade – História e Arte Guarani*. Santa Maria: Editoraufsm, 2004.
- PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. vol I, Madrid.1912.
- PERES. Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: antecedentes e intencionalidade*, Ed. Porto Portucalense, Lisboa, 1949.
- PALACIOS, Silvio; ZOFFOLI, Ena. *Gloria y tragédia de las Misiones Guaranies – Historia de las Reduções Jesuíticas Durante los Siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata*. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1991.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*, 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Selbach, 1954.
- QUARLERI, Lia. *Rebelión y Guerra en las Fronteras del Plata*, Ed. Fondo, 2ª ed. 2009.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. Companhia das Letras, 1995.
- ROJAS. José Luis. *La Ethnohistoria de América: Los Indígenas Protagonistas de Su Historia*. Ed. Paradigma Indical, Buenos Aires, 2008.
- SANTOS. M. C. *Aspectos de La Resistência Guarani: Los Proyectos de Integración en el Virreinato del Río de la Plata (1768-1805)*. Tese de doutorado apresentada na Universidad Complutense de Madrid, 1993.
- SANTOS, M. C.; BAPTISTA, J. T. *Reduções Jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII)*. Revista História Unisinos, 2007.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. Toledo, Ed. Toledo, 1ª ed. 1997.
- SCHALLENBERGER, E. *Conflitos Coloniais e as Missões: uma avaliação das estruturas sócio econômicas do Paraguai (Séculos XVI e XVII)*. In: Anais da I Jornada Regional Cultural Missioneira. Santo Ângelo, 1985.
- SUSNIK, Branislava 1965. *Los trece pueblos guaraníes de las Misiones*. El indio colonial del Paraguay, v. 2. Asunción: MEAB, 1996.

TAKEDA, Kazuhisa. *Cambio y continuidad del liderazgo indígena en el cacicazgo y en la milicia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de indios guaraníes*. Ed. Tellus, ano 12, n. 23, p. 59-79, Campo Grande - MS, 2012.

VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2000.

WILDE, Guillermo. *Religión y Poder en las Misiones de Guaraníes*, Buenos Aires, Editorial. SB, 1ª ed. 2009.

WILDE, Guillermo. Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 43, p. 119-145, 2006

REVISTAS ELETRÔNICAS:

CHIOGNA, A. Miron, e MOURA, G. Rodrigues. *Avante Guerreiros! As Batalhas de Caaçapaguá e M' Bororé (1639-1641)*. Revista Historiador, 2011.

Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>

SOSTER, S.S, *Missões Jesuíticas como Sistema*, Dissertação Mestrado, São Carlos-SP, 2014.

Disponível em: www.nomads.usp.br/documentos.

ZUSE, Silvana, *Os Guarani e a Redução Jesuítica: Tradição e Mudança Técnica da Cadeia Operatória de Confecção dos Artefatos Cerâmicos do Sítio Pedra Grande e Entornos*. São Paulo, 2009.

Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/TDE_Silvana_Zuse%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/TDE_Silvana_Zuse%20(1).pdf)

ANEXOS MANUSCRITOS

LVI — SÔBRE OS MOTIVOS QUE LEVARAM OS PADRES DA COMPANHIA DE JESUS A MUDAR AS REDUÇÕES DO GUAIRÁ E APROVAÇÃO OFICIAL DESSA MUDANÇA. (Cêrca de 1 666).

1-29-1-102.

Advertencias por que los Indios y Reducciones de las Provincias del Guaira se passaram al Parana y sitiaron junto a las que los Religiosos de la Comp.^a de Jesus abian fundado alli.

Sem data. Ano de 1664 (1).

La causa porque los Indios de Guaira se retiraron al Parana, fue la misma porque los espanoles todos de la villa del espiritu santo, y los de la ciudad de Guaira se retiraron huyendo a Maracayu mas de 80 leguas de donde estaban, que fueron las continuas invassiones q los Portugueçes del Brasil hacian en aquellas Provincias destruyendo y asolando no solam.^{te} las Reduciones y Pueblos que los Religiosos de la Comp.^a tenian hechos, y convertidos a la fee sino todos los Pueblos de Indios q servian a los Españoles de la dicha villa, llevandose cautivos, y pressos de todas aquellas Provincias hasta el año de 1639 mas de trecientas mil almas como consta de la Real Cedula de su Mag.^d su fecha en Madrid en 16 de setiembre del dho año de 1639, en que su Mag.^d afirma como de diversas informaciones constaba abian llevado este numero naciendo atrocidades e inhumanidades inauditas y otros sacrilegios destruyendo dhas Reduciones, Pueblos, y tres Ciudades de españoles.

Esto consto a su Mag.^d por diversas informaciones e informes q hizieron diversos Governadores como della costa. Uno de estos informes hizo el Govern.^{dor} de Buenos aires d. P.^o esteban de Avila dando quenta a S. Mag.^d de lo que abia visto por sus ojos en el Brasil y las diligencias q alli hizo para estorbarlo, el qual informe se refiere en la Conquista Espiritual impressa, a folio 28 buelta § 80 su fecha en 12 de octubre de 1637 con otros autos que remitio al Consejo el dho Governador.

Ultimam.^{te} invadieron dhos Portugueçes a la villa del espiritu S.^{to} despues de aver destruido y cautivado todos los pueblos de Indios, que servian a los Españoles cuios curas eran clerigos, y hallandose el S.^r Obispo D. Fray Christoval de Aresti, alli, q.^{do} acome-

(1) Ano em que tomou posse o governador do Paraguai, D. Juan Diaz de Andino, a que se refere o documento no final.

tieron a la dha villa salio con un christo en las manos y acompañado de clerigos animando a los Españoles todas las veçes que acometieron a la dha villa, y viendo el Peligro, y que no podian resistir a enemigo tan poderoso, el S.^r Obispo recogio toda la gente de Indios, españoles, mugeres, y niños, q̄ pudo, y los retiro desta parte del Parana en la Prov.^a de Maracayu donde sucedieron todos los trabajos de que dio testim.^o su Notario Juan Bautista Irrasabal, que refiere de verbo ad verbum el Maestro Gil Gonzales de Avila colonista mayor de su Mag.^d en el tomo segundo del teatro ecclesiastico de Indias tratando de la fundacion de la Cathedral del Rio de la Plata Puerto de la trinidad de Buenos ayres folio 98 vuelta § 70. *Juan Bautista Irasabal* (1) y el mismo señor obispo hizo otro informe sobre esto mismo, y otro los vecinos y cabildo de dha villa, y todos se presentaron en el Real consejo, *y este al cabildo del Paraguay que va y con esta en duplicado* (2).

Tambien informó sobre lo mismo, la cathedral del Paraguay por via de cavildo cuyo duplicado va con esta autorizado para que conste de esta verdad, que es tan clara como el sol del medio dia. esto obligo a que dhos Indios se retirassen porque de 14 Reduciones que estaban fundadas por los Religiosos de la Comp.^a en aquellas Provinçias las 12 avian destruido ya los dhos Portugueçes; y los dhos Religiosos abian recogido toda la gente que pudieron escapar de dhas Reduciones retirandola a las dos reducciones que abian quedado, la una nuestra Señora de loreto, y la otra de S. Ignacio del Guaira donde pretendian haçer cara al enemigo, y defenderse. Pero sabiendo los Españoles esta resolucion, y el peligro que tenian de ser cautivos todos estos yndios hizieron dos requerim.^{tos} assi a los Indios como a los Religiosos que estaban con ellos p.^a que retirassen dhos pueblos en parte donde se pudiessen defender alegando el riesgo y peligro grande en que estaban, y protestando todos los daños, como de dhos requirim.^{tos} consta cuyo tanto autorizado va con esta. por donde consta la raçon, que ubo de retirarse porque viendo ya los Indios que los Españoles de la villa se retiraban huyendo de dhos Portugueçes, y que los de la Ciudad real de Guaira trataban de lo mismo se resolvieron a retirarse dexandose rodar por el mismo rio del Parana abajo en muchas embarcaciones q̄ tenian prevenidas, hasta el salto que llaman de Guaira. y desde alli por no ser navegable el rio por causa del salto, se fueron caminando por la orilla del rio hasta donde se podia navegar; y desde alli en canoas vajaron y se poblaron junto a las otras reducciones, que la

(1) Este nome está sublinhado no original.

(2) A frase grifada foi riscada no original, o que torna difícil a leitura respectiva.

Comp.^a tenia hechas en el mismo rrio para que todas juntas se pudiesen defender deste enemigo como lo hizieron.

Por esta misma causa se retiraron al rrio del Uruguay (*sic*) todas las rreduçiones del tape y çierra porque este enemigo abiendo destruido las Provinçias del Guaira vino sobre las del Uruguay, cierra y tape y comenso a destruir las dhas rreducciones, y de facto destruyo la de Sancta Teresa, S. Joachin, la Visitacion, la de Jesus Maria, S. Christobal, y Sancta Ana con que las demas se retiraron al rrio Parana junto a las demas donde se han defendido como es notorio y consta de muchos autos.

Todo esto consta a S. Mag.^d de autos que estan en el Real consejo de Indias con los quales se convencieron diversas calumnias, que el señor Obispo D. Fray Bernardino de Cardenas y sus aliados, y confidentes abian dho contra dhos rreliçiosos, las quales expresso Fray Juan de villalon en un memorial bien dilatado que intitulo *memorial defensorio al Rey Nro S.^r por el credito opinion y derechos Episcopales de la persona y dignidad del Illustrissimo y reverendissimo D. Fray Bernardino de Cardenas obispo del Paraguay del Consejo de Su Mag.^d y Religioso de la orden de nro Seraphico Padre S. Francisco* (1). el qual aviendose visto todo en el Real Consejo y los dhos autos estando todos aquellos Señores presentes p.^a la vista de todos los autos el Relator, que lo era don Antonio de Leon, afirmo y assento por llano y cierto *que quanto en los escritos deste Religioso se contiene es contra la verdad sin que tenga fund.^o alguno en los autos como claram.^{te} lo afirmo y assento por llano en el Consejo el dho Relator* (2), como consta del memorial que presento nuebam.^{te} el P.^o Julian de Pedrasa num. 27 que va con este para que se vea la verdad.

Vistos estos autos en la Real audiencia de la Plata aprobaron la dha retirada, y mandaron al Govern.^{or} Martin de ledesma que entonces gobernaba amparasse a dhos Indios, y no permitiesse fuesen molestados, y los dexasse haçer sus pueblos donde les pareciesse mas comodo, y abiendo ido a visitar dhos pueblos y rreducciones el dho Govern.^{or} y despues del el Govern.^{or} D. P.^o de lugo y Navarra, y ultimam.^{te} el señor D. Juan Blasquez de Balverde Governadores del Paraguay los aprobaron como consta de los dhos autos, y de la ultima cedula, que trajo el Señor Governador D. Juan Dias vandino en que Su Magestad Manda, que entre ellos y los çemas no aya diferencia assi en el gobierno como en el tributar.

(1) Estas palavras foram sublinhadas no original.

(2) Idem.

tres: la una la dio a un caçique Carlos de Bera vecino de la villa rica el qual despues de aber mandado d. Luis de çespedes que ninguna persona les diese escopetas el dicho Carlos de Vera dio la dicha escopeta (1).

LX — CÓPIA DE UM MEMORIAL APRESENTADO POR ANTÔNIO RUIZ DE MONTOYA NA CÔRTE DE ESPANHHA EM QUE EXPÕE AS RAZÕES QUE LEVARAM OS PAULISTAS A ATACAR AS REDUÇÕES E CIDADES DE GUAIRÁ E A ÊLE A DEFENDÊ-LAS COM MÃO ARMADA. PEDE SE VISITEM AS REDUÇÕES DOS ÍNDIOS E SE LHES PONHA TRIBUTO. MADRI, 1 639.

I-29-1-91

«Copia de un memorial q presento en la Corte de España el P.^o Antonio Ruiz, por el q.¹ pide se visiten las Reducciones de los Indios, y que se tase su tributo.» 1639.

Señor

Antonio Ruiz de Montoya Procurador en esta corte de la Provincia del Paraguai de la Compañia de Jesus, y en nombre y con poder de los Indios de las dhas Provincias y de la del Rio de la Plata dize que la Comp.^a de Jesus a costa de inmensos trabajos y de cinco martyres sacerdotes a conquistado algunas Provincias de infieles de que tiene oy en las dhas Provincias veinte y cinco poblaciones de Indios, sin onçe que en la Provincia de Guaira le destruyeron y llevaron captivos los vezinos de San Pablo en la costa del Brasil, destruyendo asi mismo tres ciudades de españoles que fueron çiudad Real, Villa Rica, y Xeres, y de trece reducciones que este suplicante avia hecho solas dos pudo escapar que hizieron numero de diez mil almas las quales el suplicante bajo con inmenso trabajo y costa (y con licençia de la R.¹ audiencia de los Charcas como consta de los papeles que se an presentado) en setecientas embarcaciones que llaman balsas, al Rio de la plata donde al pre-

(1) Falta o resto dêste importante documento que deve ter sido eliminado pouco depois de escrito, pois a sùmula respectiva está na página final, mas não última do auto, e em letra do século XVII.

Observe-se também que a sùmula feita pelos jesuitas não corresponde ao objetivo do auto e ao teor dos depoimentos. Com efeito, não se tratava de averiguar se os indios do labibiri tinham armas de fogo, mas se as haviam possuido antes de abandonar as suas reduções do Guairá e no momento de baixar o Salto.

sente estan mui bien sementados y en mui buenos puestos, y con aumentos conocidos. Y por parte de los fautores de los dichos agresores se hizo falsa relacion en esta corte diziendo que estos dichos Indios los avia el suplicante consumido y muerto, Procurando con esto paliar sus delitos tan graves como son aver consumido las dichas once Reducciones vendiendo los indios y matandolos, quemando las yglesias y desterrando dellas el santiss.^o sacramento y haziendo las abominaciones que constan por informaciones autenticas. Demas de lo qual an cometido otro delito de abrir camino y paso a la villa Imperial de Potossi como tambien consta por las dichas informaciones y cartas del Presidente de los Charcas don Juan de Iliçaraçu (*sic*) y de los obispos, y gobernadores, y avisos que dello a dado el conde de Chinchon Virrei del Peru, lo qual asi mismo an pretendido paliar falsamente con descredito de los predicadores evangelicos y del mismo evangelio deziendo que por aver la comp.^a de Jesus convertido aquella gentilidad y fundado aquellos pueblos avia avierto el dicho camino lo qual se ve claramente ser falso y ageno de verdad. Porque estando las dichas tres ciudades fundadas por mandado y orden de los Señores Reyes pasados cien años a y estar en la derechura de la dicha villa de san Pablo con la villa Imperial de Potosi destruyeron las dichas ciudades a fuerça de armas y juntamente las dichas once reducciones que estaban en contorno de las dichas tres ciudades, demas de las quales destruyeron siete pueblos de Indios que estaban encomendados a las dichas ciudades solo con animo de limpiar el dicho camino para pasar libremente al Peru (como se hara demonstracion mui clara por un mapa que el suplicante trae de toda aquella tierra) y este suplicante les salio al camino para estorvarles el paso con tres mil Indios flecheros y por llevar los dichos agresores cinco mil Tupis gente barbara y feroz, y ir tres vanderas de esquadra con tres Capitanes que hazian al pie de Docientos (1) mosqueteros no pudo este suplicante impedirles el paso antes le fue fuerça retirarse con muerte de muchos Indios y tres Padres mal heridos con que los dichos agresores consiguieron su intento de despejar y limpiar aquel camino de españoles y Indios para que no uviesse quien diesse aviso a la ciudad de la Assumpcion que sola a quedado de aquel Gobierno del Paraguai. Y porque constase que aquellas dichas dos poblaciones que el suplicante escapo estaban conservadas y aumentadas ofrecio los tributos de los dichos pueblos para S. Mag.^o a Martin de ledesma Valderrama que entonces era sustituto de Governador en la dicha ciudad por don Luis de Cespedes Xeria

(1) O copista escreveu primeiro «trecientos», que de seguida emendou para «docientos».

que por las dichas causas de destruicion de los dichos pueblos fue llevado preso a la audiencia de los charchas y privado del Gobierno con otras graves penas que le pusieron. el qual dicho Martin de Ledesma no quiso aceptar los dichos tributos. Y porque otros pueblos destes que a reducido la comp.^a an ya cumplido los diez años y por parte de la comp.^a se a requerido a los Gobernadores los visiten y no lo an querido hazer como consta de la visita que don Andres de Leon Garavito hizo en el Puerto de Buenos aires (que por ser el numero de los Indios al pie de quince mil sera considerable el tributo por poco que se les ponga).

A. V. A.¹ pide y sup.^a mande se visiten las dichas reducciones y se tasen los Indios que ya uvieren cumplido los diez años para que los oficiales Reales cobren y reciban los dichos tributos, señalandoles un moderado tributo conforme a su pobreza y de las cosas que tienen en que lo puedan pagar.

Otrosi pide que atento a que es de gran serv.^o de Dios y descargo de la conciencia de V. Alt. la conversion de los Itatines y Chiriguanas que confinan con Potosi y por la parte del Paraguai tiene ya la Comp.^a dos reducciones ocho años a con solos tres sujetos y por falta dellos no se a pasado adelante y sera conveniente que antes que los vezinos de S. Pablo los ganen y reduzgan (como lo van haziendo) a su devocion, se ganen al serv.^o de S. Mag.¹ para que aquel paso este seguro y se de aviso de qualquier suceso al gobernador del Paraguay como este año pasado lo hizieron los dichos Padres avisando a don P.^o de lujo y Nabarra gobernador que al presente es en el Paraguay como pasaba hazia Potossi una compañía de soldados a que acudio el dicho gobernador ayudado de las dichas dos reducciones de cuyo suceso no savemos aun cosa cierta. Pide y sup.^{ca} a V. Alt. mande se le den algunos sujetos para ia dicha conquista pues es de tanta importancia al serv.^o de Dios nro S.^r y de V. Alt. y de que depende en gran parte el seguro de aquel paso junto con los demas remedios que en sus memoriales a propuesto por que el numero de diez y ocho P.^{es} que se an concedido a aquella Prov.^a es muy poco por aver muerto en el cultivo de los dichos Indios veinte y ocho sacerdotes por los muchos y grandes trabajos que alla se padecen.

Jhs.

P. Prov.^{al}

este es el borrador del memorial que pres.^{1o} a Su Mag.¹ obligado de las calumnias que nos ponen y de que me aviso el S.^{or} D. Juan Palafox y S.^r D. Juan de Solorçano con el amor que nos

tienen que es mui grande e jugado por mui importante y el P.^o Crespo que assi se haga. deseo muchiss.^o que el alguacil m.^{or} que llebo don Andres de Leon a esse Puerto y tiene cedula de futura suces.^{on} de Tesorero o contador de esa ciudad y quiere ir in mi comp.^a a esa ciudad se le cometa la visita de nras. reduc.^{es} y tasa de esa gente que como ti.^o el espiritu de D. Andres espero lo hara muy a gusto y la tasa conforme a la pobreca de esos pobres porque si se comete al Govern.^{or} temo mal suceso. entiendo lo alcançare.

LXI — CÓPIA DA PETIÇÃO DO PADRE ANTÔNIO RUIZ DE MONTOYA A SUA MAJESTADE, RELATANDO OS ESTRAGOS DOS ÍNDIOS INFIÉIS E DOS PAULISTAS NAS REDUÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS E PEDINDO-LHE LICENÇA PARA QUE AS DITAS REDUÇÕES POSSAM TER ARMAS DE FOGO E ASSIM DEFENDER-SE DAS INVASÕES DOS PAULISTAS.

I-29-1-104

Copia de la Peticion del P.^o Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M. suplicando por el remedio de las Prov.^{as} y Reduccion de Indios en las hostilidades que padece (*sic*) de los Portugueses.

Señor

Ant.^o Ruiz de Montoya de la compañía de Jhs Procurador de la Provincia del Paraguay, en nombre de dha provincia y Reduccion y con tanto trabaxo y gasto de la R.¹ hacienda tiene la comp.^a de Jhs fundadas en dha Provincia dice que las dhas reducciones de algunos anos a esta parte han recebido mucho daño y menoscabo por la mucha mortandad que ha avido en ellas assi de los Indios infieles a quienes estan vezinos como en las Invasiones q los vezinos de S. Pablo han hecho cautivando muchos Indios, y matando otros, y algunos Religiosos de la dha comp.^a por querer ampararlos y defenderlos, lo qual es todo contra la promulgacion del S.^{1o} evangelio y ensenansa de los ya convertidos, pues resulta el llevarlos cautivos asi los dhos Indios gentiles, como los vez.^{os} de S. Pablo para venderlos en el brasil p.^a los Ingenios de asucar a cuya causa ba todo en grande diminucion por estar las dhas reducciones mas de cien leguas de la ciu.^d de la asumpcion cava de la governacion del Paraguay de donde es ymposible el tener ningun socorro para su de-

fensa como consta del hecho pues en las Invasiones q̄ dhos vez.^{os} de San Pablo [hizieron] no an sido socorridos y ayudados a cuya causa los dhos vez.^{os} de S. Pablo han cautivado y llebado por esclavos muchos yndios y rreducciones enteras, como consta por los rrecaudos q̄ V. M. se servio mandar despachar p.^a la recuperacion de dhos pueblos. los quales es imposible se puedan en adelante guardar y defender sin defensa de armas assi de fuego como las demas q̄ usan y exercen los basallos de V. M. p.^a defender sus Reales Tierras y bassallos. q̄ de otro modo sera ynpossible caso q̄ los vez.^{os} de S. Pablo vuelvan a infestar aquellas rreducciones. por lo qual:

A. V. M. pide y suplica se sirva de hazerle mer.^d de mandar dar lisencia para q̄ las dhas rreducciones tengan las armas de fuego necessarias p.^a defenderse de las dhas Invasiones q̄ hazen dhos vez.^{os} de Sant. Pablo tan en daño de los dhos Indios y sus rreducciones pues sino ay con q̄ defenderlas quedaran todas desiertas como lo estan muchas q̄ eran las mexores que avia en aquellas prov.^{as} que en [e]llo receveran mer.^d.

Nota : Esta copia está escrita em papel selado no valor de 12 maravedis e com a data impressa de 1640, e a seguinte cláusula:

«Para pobres de solemnidad, dos maraveds, Año de 1640. Sello quarto año de mil y seiscientos y quarenta.

